



Universidade do Minho
Escola de Direito

Candidatura à Presidência da Escola de Direito da Universidade do Minho

Marco Carvalho Gonçalves

Curriculum Vitae

ÍNDICE

I. DADOS PESSOAIS, DADOS PROFISSIONAIS E HABILITAÇÕES ACADÉMICAS.....	4
1. Dados pessoais	4
2. Dados profissionais	4
3. Habilitações académicas	4
II. VERTENTE ENSINO	6
1. Atividades letivas	6
2. Inovação, valorização e formação pedagógicas	14
3. Ações de formação.....	16
4. Cursos breves	18
5. Orientações de teses de doutoramento (concluídas).....	19
6. Orientações de dissertações de mestrado (concluídas).....	20
7. Orientações de dissertações de mestrado (em curso).....	28
III. VERTENTE INVESTIGAÇÃO.....	36
1. Atividade editorial	36
2. Livros.....	36
3. Coletâneas de legislação	40
4. Capítulos de livros	41
5. Publicações em periódicos	46
6. Comunicações publicadas em acesso aberto	48
7. Atas de eventos científicos.....	49
8. Prefácios.....	49
9. Colóquios.....	49
10. Congressos	50
11. Conferências.....	52
12. Seminários.....	54
13. Webinars.....	55
14. Jornadas	55
15. Workshops	55
16. Spring e Summer Schools	56
17. Coordenação de projetos científicos.....	56
18. Membro de equipa de projetos	57

19. Arguições de teses de doutoramento	58
20. Arguições de dissertações de mestrado	59
21. Presidente de júris de provas académicas.....	66
22. Jurado de outras provas e concursos.....	70
23. Avaliação de candidaturas a bolsas e concursos de recrutamento	70
24. Avaliação de artigos para revistas nacionais e estrangeiras	71
25. Reconhecimento pela comunidade	73
 IV. GESTÃO UNIVERSITÁRIA.....	 84
1. Exercício de cargos e participação em órgãos	84
2. Criação e modificação de diplomas legais	86

I. DADOS PESSOAIS, DADOS PROFISSIONAIS E HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

1. DADOS PESSOAIS

- Data de nascimento: 27 de agosto de 1981;
- Naturalidade: São José de São Lázaro, Braga;
- Contacto de e-mail: marcofcg@direito.uminho.pt;
- Contacto de telemóvel: 916400261.

2. DADOS PROFISSIONAIS

- Professor Associado da Escola de Direito da Universidade do Minho, em regime de tempo integral, integrado no Departamento de Ciências Jurídico-Privatísticas;
- Investigador Integrado do JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação;
- Orcid id: 0000-0002-5216-001X;
- Ciência id: 451C-C1ED-210F;
- Data de início de funções docentes na Universidade do Minho: 1 de março de 2005;
- Data de entrada na categoria de professor associado: 23 de abril de 2024;
- Jurisconsulto (desde 1 de dezembro de 2025);
- Advogado, com inscrição suspensa voluntariamente (desde 13 de dezembro de 2006 até 26 de junho de 2017).

3. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutoramento em Ciências Jurídicas

- Data de obtenção do grau: 6 de junho de 2014;
- Universidade do Minho, Braga;
- Área de especialidade: Ciências Jurídico Privatísticas;
- Tema da tese: “Providências cautelares injustificadas e responsabilidade do requerente”;
- Orientadores: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa e Prof. Doutora Maria Elizabeth Moreira Fernandez;
- Classificação: Aprovado.

Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária)

- Data de obtenção do grau: 27 de outubro de 2009;
- Universidade do Minho, Braga;
- Tema da dissertação: “Embargos de terceiro na ação executiva”;
- Orientador: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa;
- Classificação final: 17 (dezassete) valores.

Licenciatura em Direito

- Data de obtenção do grau: 30 de julho de 2004;
- Universidade do Minho, Braga;
- Classificação final: 16 (dezasseis) valores.

II. VERTENTE ENSINO

1. Atividades letivas

Universidade do Minho

1. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (90 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2024/2025;
2. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2024/2025;
3. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2024/2025;
4. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2024/2025;
5. Lecionou aulas teóricas (15 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2024/2025;
6. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (90 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2023/2024;
7. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2023/2024;
8. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2023/2024;
9. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2023/2024;

10. Lecionou aulas teóricas (15 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2023/2024;
11. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (90 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2022/2023;
12. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2022/2023;
13. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2022/2023;
14. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2022/2023;
15. Lecionou aulas teóricas (15 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2022/2023;
16. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2021/2022;
17. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2021/2022;
18. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2021/2022;
19. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2021/2022;
20. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2021/2022;

21. Lecionou aulas teóricas (15 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2021/2022;
22. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2020/2021;
23. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2020/2021;
24. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2020/2021;
25. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2020/2021;
26. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2020/2021;
27. Lecionou aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2020/2021;
28. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2019/2020;
29. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2019/2020;
30. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) e teórico-práticas (30 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2019/2020;
31. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2019/2020;
32. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2019/2020;

33. Lecionou aulas teóricas (30 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2019/2020;
34. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2018/2019;
35. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2018/2019;
36. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (30 horas) e teórico-práticas (30 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2018/2019;
37. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (15 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito” no Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, no Ano Letivo 2018/2019;
38. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2018/2019;
39. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2017/2018;
40. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (78 horas) e teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2017/2018;
41. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2017/2018;
42. Lecionou aulas teóricas (22,5 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2017/2018;
43. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução On-Line de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2017/2018;
44. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2016/2017;

45. Lecionou aulas teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2016/2017;
46. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2016/2017;
47. Lecionou aulas teóricas (22,5 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), no Ano Letivo 2016/2017;
48. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução On-Line de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2016/2017;
49. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2015/2016;
50. Lecionou aulas teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2015/2016;
51. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2015/2016;
52. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução On-Line de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2015/2016;
53. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2014/2015;
54. Lecionou aulas teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2014/2015;
55. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regimes diurno e pós-laboral), no Ano Letivo 2014/2015;
56. Lecionou aulas teóricas (12 horas) da unidade curricular “A Resolução On-Line de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2014/2015;
57. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2013/2014;

58. Lecionou aulas teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2013/2014;
59. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2013/2014;
60. Lecionou, na qualidade de docente coordenador, aulas teóricas (26 horas) e teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito (regime pós-laboral), no Ano Letivo 2013/2014;
61. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2012/2013;
62. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2012/2013;
63. Lecionou aulas teóricas (8,67 horas) da unidade curricular “A Resolução On-Line de Conflitos” no Curso de Mestrado em Direito e Informática, no Ano Letivo 2012/2013;
64. Lecionou aulas teóricas (13 horas) da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos dos Particulares na União Europeia” no Curso de Mestrado em Direito da União Europeia, no Ano Letivo 2012/2013;
65. Lecionou aulas teóricas da unidade curricular "Justiça Cível" no Curso de Mestrado em Administração da Justiça, no Ano Letivo 2011/2012;
66. Lecionou aulas teóricas da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos dos Particulares na União Europeia” no Curso de Mestrado em Direito da União Europeia, no Ano Letivo 2011/2012;
67. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2011/2012;
68. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2011/2012;
69. Lecionou aulas teóricas da unidade curricular “Tutela Jurisdicional dos Direitos dos Particulares na União Europeia” no Curso de Mestrado em Direito da União Europeia, no Ano Letivo 2010/2011;
70. Lecionou aulas teórico-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2010/2011;

71. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2010/2011;
72. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2009/2010;
73. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2009/2010;
74. Lecionou a unidade curricular “Justiça Cível” no Curso de Mestrado em Administração da Justiça, no Ano Letivo 2008/2009;
75. Lecionou a unidade curricular “Introdução ao Direito da Empresa” na Licenciatura em Gestão, no Ano Letivo 2008/2009;
76. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2008/2009;
77. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2008/2009;
78. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2007/2008;
79. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2007/2008;
80. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Recursos e Processos Especiais” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2007/2008;
81. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2006/2007;
82. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2006/2007;
83. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Recursos e Processos Especiais” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2006/2007;
84. Lecionou aulas teóricas-práticas (52 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Declaratório” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2005/2006;

85. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Executivo” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2005/2006;
86. Lecionou aulas teórico-práticas (26 horas) da unidade curricular “Direito Processual Civil – Recursos e Processos Especiais” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2005/2006;
87. Lecionou aulas teóricas-práticas da unidade curricular “Direito Processual Civil I” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2004/2005;
88. Lecionou aulas teórico-práticas da unidade curricular “Direito Processual Civil II” na Licenciatura em Direito, no Ano Letivo 2004/2005.

Universidade Nova de Lisboa, em Lisboa

1. Lecionou uma aula, subordinada ao tema “A Tutela cautelar e urgente no processo civil português. Os poderes do juiz”, a convite da Jurisnova, na Universidade Nova de Lisboa (3 de maio de 2019);
2. Lecionou uma aula, subordinada ao tema “Meios de reação à penhora”, a convite da Professora Doutora Mariana França Gouveia, na Universidade Nova de Lisboa (2 de maio de 2017).

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, em Barcelos

1. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis” no Mestrado em Solicitoria, no Ano Letivo 2021/2022.
2. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis” no Mestrado em Solicitoria, no Ano Letivo 2020/2021.

Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto

Lecionou a unidade curricular “Direito Processual Civil” no Curso de Mestrado em Ciência Jurídica Forense (de 09 a 15 de janeiro de 2019).

Universidade Lusófona do Porto

1. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis” no Curso de Preparação para o Exame Nacional e de Avaliação e Agregação da Ordem dos Advogados, organizado pela Universidade Lusófona do Porto (de 19 de março de 2019 a 22 de abril de 2019);

2. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis” no Curso de Preparação para o Exame Nacional e de Avaliação e Agregação da Ordem dos Advogados, organizado pela Universidade Lusófona do Porto (de 5 de março de 2018 a 11 de abril de 2018);
3. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis” no Curso de Preparação para o Exame de Agregação da Ordem dos Advogados, organizado pela Universidade Lusófona do Porto (de 10 de maio de 2017 a 7 de junho de 2017).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

1. Lecionou uma aula, subordinada ao tema “Desjudicialização da execução no sistema português. Realidades perspectivas”, a convite do Professor Doutor Antônio Pereira Gaio Júnior, no X Seminário Diálogos Processuais e IV Seminário da Pós-Graduação em Direito Processual Contemporâneo, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, via *Colibri Zoom* (2 de julho de 2022);
2. Lecionou uma aula, subordinada ao tema “Execução e desjudicialização no processo civil português”, a convite do Professor Doutor Antônio Pereira Gaio Júnior, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, via *Colibri Zoom* (4 de julho de 2020).

Universidade Gregório Semedo, em Luanda, Angola

Lecionou a unidade curricular “A Prova em Processo Civil” no Curso de Mestrado em Direito Judiciário, na Universidade Gregório Semedo, em Luanda (de 19 a 24 de julho de 2010).

2. Inovação, valorização e formação pedagógicas

2.1. Coordenação de atividades pedagógicas

1. Coordenação científica da atividade “Julgamento Simulado”, cuja audiência teve lugar no dia 8 de julho de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
2. Organização da atividade pedagógica, designada de “Sessões de estudo acompanhado”, no 1.º semestre do Ano Letivo de 2020/2021, destinada a garantir o acompanhamento tutorial dos estudantes no âmbito da unidade curricular Direito Processual Civil Executivo.
3. Participou na iniciativa denominada “Tribunal de Porta Aberta”, promovida pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses, tendo lecionado uma aula de processo civil, subordinada ao tema “Competência internacional e interna dos tribunais portugueses”, na Instância Central de Braga (11 de dezembro de 2014).

2.2. Coordenação, dinamização e envolvimento em projetos de cooperação pedagógica

1. Promoção e organização da aula aberta, lecionada pelo Professor Doutor António Pereira Gaio Júnior, subordinada ao tema “Desconsideração da personalidade jurídica no plano da satisfação dos direitos do credor no Brasil”, a qual teve lugar no dia 25 de março de 2021, no âmbito da unidade curricular Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, via *Colibri Zoom*;
2. Promoção e organização da aula aberta, lecionada pelo Professor Doutor António Pereira Gaio Júnior, subordinada ao tema “Tutela específica das obrigações e modelo de satisfação de direitos no sistema processual brasileiro”, a qual teve lugar no dia 9 de outubro de 2019, no âmbito da unidade curricular Direito Processual Civil Executivo da Licenciatura em Direito da Escola de Direito da Universidade do Minho;
3. Colaborou na organização e realização da iniciativa denominada “Tribunal de Porta Aberta”, promovida pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses, tendo lecionado uma aula de processo civil, subordinada ao tema “Competência internacional e interna dos tribunais portugueses”, na Instância Central de Braga (11 de dezembro de 2014).

2.3. Formações pedagógicas

1. Participou na ação de formação pedagógica subordinada ao tema Gestão de Trabalhos na Blackboard Ultra, promovida pela USAAE, em regime *on-line* (13 de novembro de 2025);
2. Participou na ação de formação pedagógica subordinada ao tema Gestão de Grupos na plataforma Blackboard, promovida pela USAAE, em regime *on-line* (11 de novembro de 2025);
3. Participou na formação sobre a ficha curricular de docente online, organizada pela Universidade do Minho, com a duração de 2 horas (14 de outubro de 2025);
4. Participou na formação pedagógica sobre a utilização, em contexto de atividades letivas, dos monitores interativos (Smart Board MX-V4) (13 de maio de 2025);
5. Participou no evento *Arqus Micro-Credential Implementation Staff Training*, organizado pelo *Arqus Working Group (WG6) team* (20 de março de 2025);
6. Participou no seminário “Estimular o envolvimento e aumentar o sucesso dos estudantes recém-chegados ao Ensino Superior”, sob a orientação de Luke Millard, com a duração de 3 horas (20 de setembro de 2023);

7. Participou na ação de formação “IA e ChatGPT no ensino: partilha de experiências”, organizada pelo Centro IDEA UMinho, em regime *on-line* (23 de março de 2023);
8. Participou na formação *Respondus*: vigilância de provas de avaliação on-line, com a duração de uma hora, organizada pela Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação (USAAE) da Universidade do Minho (2 de outubro de 2010);
9. Participou na 3.^a Edição da Sessão de Formação “Docência +”, organizada, em conjunto, pela Universidade do Minho e pela Universidade de Aveiro, com a duração de 13 horas (desde 14 de setembro de 2020 até 25 de setembro de 2020);
10. Participou no webinar “Alternative Assessment Methods”, com a duração de 3 horas, organizado pelo Centro IDEA da Universidade do Minho (22 de abril de 2020).

3. Ações de formação

1. Participou, como formador, na sessão de formação subordinada ao tema “Justo Impedimento no Processo Civil: Requisitos Substantivos e Processuais”, organizada pela UNIFOJ – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (27 de novembro de 2025);
2. Participou, como formador, no V Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a intervenção “Procedimentos cautelares: em especial, o embargo de obra nova” (3 de abril de 2025);
3. Participou, como formador, com a intervenção “Preferência da Penhora e Pluralidade de Penhoras”, no II Curso de Pós-Graduação Avançada em Processo Civil Executivo, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (11 de março de 2025);
4. Participou como formador, na ação de formação intitulada “Processo de inventário”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho (13 de dezembro de 2024);
5. Participou, como formador, no IV Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a intervenção “Procedimentos cautelares: em especial, o embargo de obra nova” (18 de abril de 2024);
6. Participou, como formador, no Curso de Formação em Mediação Familiar (3.^a edição) e Mediação em Contexto de Julgados de Paz (1.^a edição), promovido pela Mediarmais, com a intervenção “Conceito, Princípios e Campos da Mediação de Conflitos” (22 de março de 2024);

7. Participou, como formador, com a intervenção “Preferência da Penhora e Pluralidade de Penhoras”, no II Curso de Pós-Graduação Avançada em Processo Civil Executivo, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (19 de março de 2024);
8. Participou como formador, no Curso de Formação em Mediação Familiar, promovido pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pela Mediarmais, com a intervenção “Processo de inventário – algumas considerações” (17 de junho de 2023);
9. Participou como formador, no III Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a intervenção “Procedimentos cautelares: em especial, o embargo de obra nova” (20 de abril de 2023);
10. Participou como formador, com a intervenção “Preferência da Penhora e Pluralidade de Penhoras”, no I Curso de Pós-Graduação Avançada em Processo Civil Executivo, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (14 de março de 2023);
11. Participou como formador, com a intervenção “Os limites da penhorabilidade no âmbito da execução fiscal”, na ação de formação intitulada “Temas de Direito Tributário”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que decorreu em formato *on-line* (3 de junho de 2022);
12. Participou como formador, no Curso de Formação em Mediação Familiar, promovido pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pela Mediarmais, com a intervenção “Processo de inventário – algumas considerações” (21 de maio de 2022);
13. Participou como formador, no II Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a intervenção “Procedimentos cautelares: em especial, o embargo de obra nova” (24 de março de 2022);
14. Participou como formador, no I Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, promovido pelo Centro de Investigação em Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (25 de março de 2021);
15. Participou como formador, na ação de formação intitulada “Títulos de crédito” (2.ª edição), organizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que decorreu em formato *on-line* (19 de março de 2021);

16. Participou como formador, na ação de formação intitulada “Títulos de crédito”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que decorreu em formato *on-line* (18 de dezembro de 2020);
17. Participou como formador, com a intervenção “Atos Processuais e Prazos no âmbito da pandemia da doença Covid-19”, no âmbito da sessão de estudo com o mesmo nome, organizada pela AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, que decorreu em formato *on-line* (22 de junho de 2020);
18. Participou como formador, com a intervenção “O inventário à luz da Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro: problemas e dificuldades processuais”, na ação de formação intitulada “Processo de Inventário: novos e renovados desafios”, organizada pela Direção Regional Norte da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, que decorreu em formato *on-line* (15 de junho de 2020);
19. Participou como formador, com a intervenção “A penhora no processo de execução fiscal: sua tramitação e limites à penhorabilidade de direitos”, na ação de formação intitulada “Execução Fiscal”, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga (14 de março de 2019);
20. Participou como formador, com a intervenção “Providências cautelares conservatórias: questões práticas atuais”, na ação de formação intitulada “Temas de Direito Civil e Direito Processual Civil”, que decorreu no Centro de Estudos Judiciários (16 de março de 2018).

4. Cursos breves

1. Lecionou o módulo “Prova digital: modos de obtenção e validade” Curso da UMinho Mais Digital “Tribunais Digitais”, via *zoom* (29 de outubro de 2025);
2. Lecionou o módulo “Prova digital: modos de obtenção e validade” na 2.^a edição do Curso Breve Direito e Tecnologia, via *zoom* (15 de maio de 2025);
3. Lecionou o módulo “Processo executivo e processo de insolvência” no Curso breve “Algumas questões jurídicas conexas ao Direito da Família”, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, via *zoom* (31 de março de 2025);
4. Lecionou o módulo “Breves considerações sobre os julgados de paz e seu enquadramento” no Curso Breve Mediação nos Julgados de Paz e na Família, via *zoom* (13 de março de 2025);
5. Lecionou a unidade curricular de “Organização Judiciária” no Curso Intensivo de Preparação Para os Exames de Acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho, na Universidade do Minho (10 de maio de 2024);

6. Lecionou o módulo “Prova digital: modos de obtenção e validade” na 1.^a edição do Curso Breve Direito e Tecnologia, via *zoom* (9 de abril de 2024);
7. Lecionou o módulo “Organização Judiciária”, com uma duração de 2 horas, no Curso Intensivo de Preparação Para os Exames de Acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (27 de abril de 2023);
8. Lecionou o módulo “Organização Judiciária”, com uma duração de 2 horas, no Curso Intensivo de Preparação Para os Exames de Acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (22 de julho de 2022);
9. Lecionou o módulo “Organização Judiciária”, com uma duração de 2 horas, no Curso Intensivo de Preparação Para os Exames de Acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (15 de dezembro de 2021);
10. Lecionou o módulo “Resolução de litígios no âmbito das empresas familiares: aspectos jurídico-processuais”, com uma duração de 2 horas, no Curso Breve de Governação de Empresas Familiares – Aspetos Jurídicos (org. Dr. João Nuno Barros e Prof. Doutora Rossana Martingo Cruz), na Escola de Direito da Universidade do Minho (13 de outubro de 2021);
11. Lecionou os módulos de “Organização Judiciária” e “Direito Processual Civil”, com uma duração de 2 horas cada, no Curso de Preparação para Acesso ao CEJ, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos do Minho (29 de abril de 2021);
12. Lecionou a unidade curricular “Práticas Processuais Cíveis”, com uma duração de 20 horas, no Curso de Preparação para o Exame Nacional e de Avaliação e Agregação da Ordem dos Advogados, organizado pela Universidade Lusófona do Porto (de 19 de março de 2019 a 22 de abril de 2019);
13. Lecionou os módulos de “Organização Judiciária” e “Processo Civil”, com uma duração de 2 horas cada, no Curso Intensivo de Justiça Administrativa e Tributária, organizado pelo CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos do Minho (18 de abril de 2018);
14. Lecionou os módulos de “Organização Judiciária” e “Processo Civil”, com uma duração de 2 horas cada, no Curso Intensivo de Justiça Administrativa e Tributária, organizado pelo CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos do Minho (11 e 12 de maio de 2016).

5. Orientações de teses de doutoramento (concluídas)

1. Orientou o Dr. José Mateus Francisco na sua tese de doutoramento, com o título “Contratos celebrados fora do estabelecimento comercial: proposta legislativa para o ordenamento

jurídico angolano”, no âmbito do Curso de Doutoramento da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da tese tido lugar no dia 01 de outubro de 2025, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de “Bom”.

2. Coorientou a Dra. Ana Isa Dias Meireles na sua tese de doutoramento, com o título “A prova digital no processo judicial”, no âmbito do Curso de Doutoramento da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da tese tido lugar no dia 18 de julho de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de “Muito Bom”.

6. Orientações de dissertações de mestrado (concluídas)

1. Orientou a Dra. Daniela Sofia da Silva Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “Os efeitos da declaração de insolvência sobre os contratos de trabalho e a tutela dos interesses e direitos dos trabalhadores”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 22 de setembro de 2025, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;
2. Orientou a Dra. Ana Lúcia da Silva Carvalho na sua dissertação de mestrado, com o título “A tramitação inicial da ação declarativa”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de julho de 2025, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;
3. Orientou a Dra. Ana Rita Teixeira Guimarães na sua dissertação de mestrado, com o título “Uma análise crítica ao regime da inversão do contencioso na tutela cautelar: a necessidade de alteração legislativa e a possibilidade de criação de um processo urgente autónomo que tutele definitivamente o litígio”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 13 de maio de 2025, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
4. Orientou o Dr. Vítor Hugo Barbosa Martins na sua dissertação de mestrado, com o título “A sobreposição do princípio do inquisitório às normas de direito positivas”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 8 de abril de 2025, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 16 (dezassexes) valores;
5. Orientou o Dra. Beatriz Arruda Carvalho na sua dissertação de mestrado, com o título “A responsabilidade pela dedução de um pedido infundado de declaração de insolvência ou pela

apresentação indevida por parte do devedor e o artigo 22.º do CIRE”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 31 de janeiro de 2025, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 18 (dezoito) valores;

6. Orientou o Dr. Lucas Oliveira na sua dissertação de mestrado, com o título “A indisponibilidade dos créditos tributários e o seu impacto em processos de recuperação de empresas”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 25 de fevereiro de 2025, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 18 (dezoito) valores;
7. Orientou a Dra. Elsa Sofia Ferreira Azevedo na sua dissertação de mestrado, com o título “A Instrumentalização do Processo de Insolvência das Pessoas Singulares: um incentivo ao (in)cumprimento”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de janeiro de 2025, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 18 (dezoito) valores;
8. Orientou a Dra. Nicole Figueira da Silva Thiesen Monteiro na sua dissertação de mestrado com o título “A plataforma de resolução de litígios em linha – potencialidades e desafios”, no âmbito do Mestrado em Direito e Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 26 de setembro de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;
9. Orientou a Dra. Bruna Filipa Pinto da Silva sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência Meramente Iminente”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 17 de abril de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 16 (dezassex) valores;
10. Orientou a Dra. Ana Rita Teixeira de Sousa sua dissertação de mestrado, com o título “O crédito do promitente-comprador no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 08 de abril de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 19 (dezanove) valores.
11. Orientou a Dra. Ana Catarina Oliveira Carvalho na sua dissertação de mestrado, com o título “O efeito do caso julgado na condenação em dano futuro - ponderação da aplicação de limites temporais ao caso julgado”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas

públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de fevereiro de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores.

12. Orientou a Dra. Fabiana Fernandes Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “Ainda existe uma efetiva disponibilidade do processo pelas partes?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de fevereiro de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores.
13. Orientou a Dra. Carla Daniela Pinto da Silva na sua dissertação de mestrado, com o título “O dever de apresentação à insolvência – Um verdadeiro dever?”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 22 de fevereiro de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores.
14. Orientou a Dra. Filipa Saraiva Pinheiro Soares na sua dissertação de mestrado, com o título “Os poderes do juiz no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de fevereiro de 2024, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 19 (dezanove) valores.
15. Orientou o Dr. Carlos Alberto Tavares Ferreira Correia na sua dissertação de mestrado, com o título “Ação de Reconhecimento da Existência de Contrato de Trabalho - Reflexão crítica em torno da sua aplicação”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 30 de janeiro de 2024, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 16 (dezassex) valores;
16. Orientou a Dra. Mariana Cunha Vieira Falcão Carvalho na sua dissertação de mestrado, com o título “A graduação dos créditos laborais no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de novembro de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 18 (dezoito) valores.
17. Coorientou o Dr. Pablo Mendes da Silva na sua dissertação de mestrado, com o título “O tribunal arbitral do desporto utilizando tecnologia ODR na mediação de conflitos”, no âmbito do Mestrado em Direito e Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 20 de outubro de 2023, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 11 (onze) valores.

18. Orientou a Dra. Maria João Pinto Pires na sua dissertação de mestrado, com o título “Da (in)admissibilidade da prova ilícita no processo civil português”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de julho de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
19. Orientou a Dra. Eluar de Sá e Silva Sebould Marinho na sua dissertação de mestrado, com o título “A boa fé objetiva e o dever de mitigar o próprio prejuízo”, no âmbito do Curso de Mestrado em Ciência Jurídica Forense, da Universidade Portucalense, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 15 de junho de 2023, via zoom, obtendo a candidata a classificação de 11 (onze) valores;
20. Orientou a Dra. Juliana Maria Cruz Santos na sua dissertação de mestrado, com o título “A tutela de urgência nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro: uma análise comparativa”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 2 de junho de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;
21. Orientou a Dra. Carolina Maria da Silva Faria na sua dissertação de mestrado, com o título “O dever de apresentação à insolvência pelo devedor: em especial das sociedades comerciais”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 10 de maio de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 18 (dezoito) valores;
22. Orientou o Dr. Nuno Emanuel Gonçalves Martins na sua dissertação de mestrado, com o título “Não cumprimento pelo administrador de insolvência do disposto no artigo 164.º, n.º 2, CIRE e ainda 161.º CIRE”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 04 de maio de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidato a classificação de 17 (dezassete) valores;
23. Orientou a Dra. Priscilla Karla Mesquita Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência e a Reestruturação Empresarial: uma análise sob a perspectiva do devedor”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 26 de abril de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 14 (catorze) valores;

24. Orientou a Dra. Priscilla Sant'anna Sergio na sua dissertação de mestrado, com o título "A mediação como fase inicial obrigatória em processos de família que envolvam menores", no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 06 de fevereiro de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;
25. Orientou a Dra. Sandra Isabel Sandim Lopes na sua dissertação de mestrado, com o título "O Financiamento no Processo Especial de Revitalização: a (In)suficiência das Garantias Prestadas", no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de janeiro de 2023, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 16 (dezasseis) valores;
26. Orientou a Dra. Ana Catarina da Silva Duarte na sua dissertação de mestrado, com o título "O conceito de pessoa especialmente relacionada com o devedor", no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 15 de dezembro de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
27. Orientou a Dra. Judite Sá Marques na sua dissertação de mestrado, com o título "O Regime Jurídico do Processo de Inventário ao abrigo da Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro: uma análise crítica ao princípio da competência concorrente entre o Juiz e o Notário", no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 28 de junho de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
28. Orientou a Dra. Jéssica Magalhães Soares na sua dissertação de mestrado, com o título "O processo especial de tutela da personalidade", no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de abril de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 16 (dezasseis) valores;
29. Orientou o Dr. Marcos Filipe da Cruz Carvalho na sua dissertação de mestrado, com o título "Os poderes do juiz na gestão do processo civil", no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário da Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 27 de

abril de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;

30. Orientou a Dra. Iara Jéssica da Cunha Antunes na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Medidas executivas atípicas: um contributo para a efetividade da ação executiva”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 6 de abril de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 18 (dezoito) valores;
31. Orientou a Dra. Jéssica L. Pereira dos Santos na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “O princípio do contraditório no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 5 de abril de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 14 (catorze) valores;
32. Orientou a Dra. Ana Aurora Santos Rodrigues na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Os mecanismos de reestruturação preventiva como meio de recuperação económica das empresas e alternativa ao Processo Especial de Revitalização e à Insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 1 de abril de 2022, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 17 (dezassete) valores;
33. Orientou a Dra. Vanessa Ferreira da Costa na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A problemática da inversão do contencioso e a desigualdade de armas no processo”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de março de 2022, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
34. Orientou o Dr. Victor Calegare na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Considerações atuais sobre o pedido infundado de declaração de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 18 de fevereiro de 2022, na Escola de Direito, obtendo o candidato a classificação de 17 (dezassete) valores;
35. Orientou a Dra. Daffny Marcella Silva Rodrigues de Araújo, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Sociedades Desportivas (Insolvência e Análise dos Instrumentos Jurídicos para Resolução das Crises Financeiras), tendo as provas públicas de

apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 29 de novembro de 2021, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 15 (quinze) valores;

36. Orientou a Dra. Ana Rita Rodrigues Lourenço Magalhães, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A Natureza e a Tutela dos Créditos Laborais no Processo de Insolvência”, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 22 de novembro de 2021, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
37. Orientou a Dra. Ana Raquel Moreira Mota, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A apreensão de bens comuns no processo de insolvência de um dos cônjuges”, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 22 de julho de 2021, na Escola de Direito, obtendo a candidata a classificação de 17 (dezassete) valores;
38. Orientou a Dra. Ana Sofia Teixeira Pereira, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A Tutela Cautelar à luz do Novo Código de Processo Civil: Visão crítica da Inversão do Contencioso”, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de julho de 2022, na Escola de Direito;
39. Coorientou a Dra. Ana Sofia Lopes Soares, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A mediação obrigatória”, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de julho de 2021, via *Colibri Zoom*, obtendo a candidata a classificação de 16 (dezasseis) valores;
40. Orientou a dissertação de mestrado da Dra. Sabina de Sousa Cerqueira, intitulada “Os créditos subordinados no processo de insolvência – as pessoas especialmente relacionadas com o devedor”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de junho de 2021 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 17 (dezassete) valores;
41. Orientou a dissertação de mestrado da Dra. Nuna Brito Barbosa, intitulada “Conciliação Judicial e Eficiência Processual”, no âmbito do Mestrado em Direito Forense e Arbitragem da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 22 de abril de 2021 na Universidade Nova de Lisboa (via *Colibri Zoom*), obtendo a candidata a classificação final de 16 (dezasseis) valores;
42. Orientou a Dra. Gislaine Rosália Migliati na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Do Princípio da Instrumentalidade nas Tutelas Provisórias de Urgência nos Ordenamentos Jurídicos Processuais Português e Brasileiro”, no âmbito do Mestrado em

Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de julho de 2020 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 15 (quinze) valores;

43. Orientou a Dra. Joana Cristina Ferreira Oliveira na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Da responsabilidade dos cônjuges por dívidas fiscais”, no âmbito do Mestrado em Direito Tributário da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 21 de fevereiro de 2020 na Escola de Direito da Universidade do Minho obtendo a candidata a classificação final de 16 (dezassex) valores;
44. Orientou a Dra. Inês Monteiro na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Do Princípio da Instrumentalidade nas Tutelas Provisórias de Urgência nos Ordenamentos Jurídicos Processuais Português e Brasileiro”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 20 de fevereiro de 2020 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 13 (treze) valores;
45. Orientou a Dra. Cátia Marisa Rodrigues na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “O (des)equilíbrio na Ação Executiva”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de novembro de 2019 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 15 (quinze) valores;
46. Orientou a Dra. Maria Sinde Monteiro na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “A implementação da prova diabólica em Portugal e no Brasil”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 14 de novembro de 2019 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação de 13 (treze) valores;
47. Orientou a Dra. Amanda Mara da Silva na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título “Princípio do dispositivo versus princípio do inquisitório: Quem deve produzir as provas?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 16 de julho de 2019 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 16 (dezassex) valores;

48. Coorientou, em conjunto com o Professor Doutor Paulo Novais, a Dra. Bianca Alexandra Agostinho Moreira na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título "Identificação de táticas e estratégias para a resolução de conflitos através do estudo de casos passados", no âmbito do Mestrado em Direito e Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 10 de maio de 2019 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação final de 16 (dezasseis) valores;
49. Orientou o Dr. João Marcelo Nogueira Moysés, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título "A atipicidade dos meios executivos no novo Código de Processo Civil Brasileiro e a efetivação das prestações de pagar quantia", no âmbito do Curso de Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho, tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 08 de novembro de 2018 na Escola de Direito da Universidade do Minho;
50. Orientou a Dra. Rita Andreia Gomes Ferreira Barroso, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título "Da guarda conjunta na regulação do exercício das responsabilidades parentais", tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 30 de janeiro de 2018 na Escola de Direito da Universidade do Minho, obtendo a candidata a classificação de quinze valores;
51. Coorientou a Dra. Joana Filipa Gomes Rodrigues, na sua investigação destinada à obtenção do grau de mestre, com o título "Das potencialidades dos meios de resolução alternativa e online de conflitos no contexto nacional e europeu em matéria laboral", tendo as provas públicas de apresentação e defesa da dissertação tido lugar no dia 25 de maio de 2017 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga, obtendo a candidata a classificação de treze valores.

7. Orientações de dissertações de mestrado (em curso)

1. Orientação da Dra. Adriana Cristina Pedrosa Moreira na sua dissertação de mestrado, com o título "Integração de bens isentos de penhora na massa insolvente, em particular a remuneração auferida pelo insolvente", no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
2. Orientação da Dra. Ana Filipa Novo de Castro na sua dissertação de mestrado, com o título "O Diferimento do Contraditório na Tutela Cautelar", no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
3. Orientação da Dra. Ana Isabel Pereira Peixoto na sua dissertação de mestrado, com o título "O Impacto da Revolução Industrial 4.0 no Processo Especial de Revitalização", no âmbito do

Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;

4. Orientação da Dra. Ana Lúcia Alves Ribeiro na sua dissertação de mestrado, com o título “A responsabilidade dos administradores pela insolvência da sociedade”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
5. Orientação da Dra. Ana Luiza Evangelista na sua dissertação de mestrado, com o título “Os efeitos da declaração de insolvência da empresa privada nos contratos para a gestão dos serviços de saúde no âmbito das parcerias público-privadas”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
6. Orientação da Dra. Ana Paula Nicolau Lopes Velasco de Sousa na sua dissertação de mestrado, com o título “Da tutela cautelar no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
7. Orientação da Dra. Ana Rita Mendes Ferreira da Mota Carneiro na sua dissertação de mestrado, com o título “A Penhora dos Criptoativos no Processo Executivo Português”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
8. Orientação da Dra. Ana Rita Sampaio Fernandes Silva Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “O processo especial de tutela da personalidade”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
9. Orientação da Dra. Ana Sofia Pedrosa Ferreira na sua dissertação de mestrado, com o título “A responsabilidade do administrador de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
10. Orientação do Dr. André Filipe Mesquita Passos da Fonseca Teixeira na sua dissertação de mestrado, com o título “Tentativa de Conciliação”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciários (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
11. Orientação da Dra. Ariel Souza da Silva na sua dissertação de mestrado, com o título “A apresentação da oposição de embargos cumulativamente com o recurso na sentença de declaração de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
12. Orientação da Dra. Bruna Milhão Folha na sua dissertação de mestrado, com o título “Da legitimidade processual ativa do credor litigioso no processo de insolvência”, no âmbito do

Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;

13. Orientação da Dra. Carla Patrícia Almeida Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “A Desconsideração da Personalidade Jurídica em Contexto de Insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
14. Orientação da Dra. Carolina Nogueira Ferreira na sua dissertação de mestrado, com o título “A utilização da inteligência artificial no processo decisório: qual o caminho até à integração no ordenamento jurídico português?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
15. Orientação da Dra. Caroline Bastos Dutra Dias Lemgruber na sua dissertação de mestrado, com o título “Os efeitos patrimoniais da declaração da insolvência: apreensão da morada de família e dos vencimentos do devedor – Uma análise a partir do princípio da dignidade da pessoa Humana”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
16. Orientação da Dra. Catarina José Silva Caetano na sua dissertação de mestrado, com o título “A (dúbia) qualificação dos créditos laborais no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
17. Orientação da Dra. Cristiana Barros Pereira na sua dissertação de mestrado, com o título “Instrumentos de satisfação dos créditos dos credores”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
18. Orientação da Dra. Daniela Sofia da Silva Costa na sua dissertação de mestrado, com o título “Os efeitos da declaração de insolvência sobre os contratos de trabalho e a tutela dos interesses e direitos dos trabalhadores”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
19. Orientação da Dra. Débora Maria Monteiro Ceia na sua dissertação de mestrado, com o título “A resolução de atos de terceiro em benefício da massa insolvente”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
20. Orientação da Dra. Diana Alcina Santos Longarito na sua dissertação de mestrado, com o título “A legitimidade do credor litigioso para deduzir o pedido de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;

21. Orientação da Dra. Diana Catarina Azevedo Meira na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência com caráter restrito”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
22. Orientação do Dr. Eduardo Portugal Caldas na sua dissertação de mestrado, com o título “Os efeitos da declaração de insolvência do empregador e seus reflexos laborais nos contratos de trabalho”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
23. Orientação da Dra. Fabiana Alexandra Lopes Rego na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência Digital: da apreensão e administração do Estabelecimento Comercial Digital à Insolvência Culposa”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
24. Orientação do Dr. Felipe Fonseca Santos na sua dissertação de mestrado, com o título “A importância da comparticipação do estado e dos credores na assumpção dos riscos durante o processo de recuperação da empresa para garantia do resultado útil da acção judicial”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
25. Orientação da Dra. Filipa Sofia Monteiro Mota na sua dissertação de mestrado, com o título “A insolvência iminente”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
26. Orientação da Dra. Francisca Gonçalves Pinho na sua dissertação de mestrado, com o título “Tutela Cautelar no Processo da Insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
27. Orientação da Dra. Gabriela Marques Dias Cunha Folha na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência conjugal e fraude patrimonial: desafios à proteção dos credores”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
28. Orientação da Dra. Gabriela Tomé da Cruz na sua dissertação de mestrado, com o título “Os créditos dos trabalhadores após a declaração de insolvência do empregador”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
29. Orientação da Dra. Jéssica Raquel Jesus Cruz na sua dissertação de mestrado, com o título “A evolução do sistema judiciário pós-reforma de 2013: desafios pendentes e necessidades de mudança”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;

30. Orientação da Dra. Joana Patrícia Lage Lopes na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência Meramente Iminente: Um Conceito Jurídico Esquecido?”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
31. Orientação da Dra. Joana Ramos Lopes na sua dissertação de mestrado, com o título “Tutela Cautelar no Processo de Insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
32. Orientação do Dr. José Alves Fernandes Machado na sua dissertação de mestrado, com o título “A (Des)crença na Administração da Massa Insolvente pelo Devedor”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
33. Orientação do Dr. José Miguel Pereira Lopes na sua dissertação de mestrado, com o título “Insolvência Digital: da apreensão e administração do Estabelecimento Comercial Digital à Insolvência Culposa”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
34. Orientação do Dr. Leonardo de Santos Almeida na sua dissertação de mestrado, com o título “A gestão processual no âmbito do processo declarativo”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
35. Orientação do Dr. Lucas Lopes Ferreira dos Santos na sua dissertação de mestrado, com o título “A Prestação de Caução nas Providências Cautelares como Obstáculo ao Acesso à Justiça”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
36. Orientação da Dra. Luísa Manuela Pereira Barbosa na sua dissertação de mestrado, com o título “Os temas da prova”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
37. Orientação da Dra. Manuela Sofia de Brito Pereira na sua dissertação de mestrado, com o título “A inteligência artificial na resolução de conflitos: para onde caminha a mediação?”, no âmbito do Mestrado em Direito e Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho;
38. Coorientação do Dr. Marcel Mendonça Aragão na sua dissertação de mestrado, com o título “Mercado Único Digital e a Resolução de Litígios em Linha de conflitos de consumo na União Europeia”, no âmbito do Mestrado em Direito de Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho;
39. Orientação da Dra. Márcia Elias Ferreira na sua dissertação de mestrado, com o título “O Tempo do Processo Civil no âmbito dos Prazos Processuais: O que reclamamos?, no âmbito

do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;

40. Orientação da Dra. Márcia Narciso Antunes Pereira Ribeiro na sua dissertação de mestrado, com o título “O Princípio do Contraditório no Processo de Insolvência e o Aparente Conflito com a Tutela Jurisdicional Efetiva – Realidade ou Ilusão?”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
41. Orientação da Dra. Margarida Eugénia da Cunha Almeida na sua dissertação de mestrado, com o título “A mediação penal como meio de resolução alternativa de litígios no processo de informatização dos sistemas de mediação públicos – o caso português”, no âmbito do Mestrado em Direito e Informática da Escola de Direito da Universidade do Minho;
42. Orientação da Dra. Maria Inês Andrade Pereira na sua dissertação de mestrado, com o título “A prova no processo civil português: distribuição do ónus e iniciativa probatória do juiz”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
43. Orientação da Dra. Maria Manuel Machado Trocado de Lemos na sua dissertação de mestrado, com o título “A eficiência do processo civil executivo português: aspetos problemáticos e o vislumbrar de eventuais soluções”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
44. Orientação da Dra. Mónica Regina Duarte da Cruz na sua dissertação de mestrado, com o título “A celeridade como ónus processual sob a visão das tutelas de urgência e evidência em Portugal e no Brasil”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
45. Orientação da Dra. Natacha Moreira de Oliveira na sua dissertação de mestrado, com o título “A inversão do contencioso no CPC de 2013: um verdadeiro contributo no seio das providências cautelares?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
46. Orientação da Dra. Natália Vieira Lourenço Mousinho na sua dissertação de mestrado, com o título “Abuso do direito de ação e responsabilidade civil: Uma análise ao pedido de declaração de insolvência pelo credor”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
47. Orientação da Dra. Nathália Lisbôa de Lima na sua dissertação de mestrado, com o título “A tutela da obrigação de alimentos devidos a filhos maiores”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;

48. Orientação do Dr. Pedro Baptista Tavares na sua dissertação de mestrado, com o título “Direito de remição: um “verdadeiro” direito de preferência?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
49. Orientação do Dr. Rafael Nunes Alves na sua dissertação de mestrado, com o título “Créditos laborais no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
50. Orientação da Dra. Raquel Carvalho da Silva na sua dissertação de mestrado, com o título “O modelo português de impugnação da matéria de facto e os respetivos poderes do Tribunal da Relação: excessiva restrição?”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
51. Orientação do Dr. Renato Lima na sua dissertação de mestrado, com o título “Contraditório no processo de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
52. Orientação da Dra. Rita Moura Carneiro na sua dissertação de mestrado, com o título “A legitimidade ativa do pedido de insolvência no âmbito societário”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
53. Orientação da Dra. Sara Cecília Gouveia Vaz Pinto na sua dissertação de mestrado, com o título “Legitimidade para apresentar o pedido de declaração de insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
54. Orientação da Dra. Sara Marlene Rodrigues Gonçalves na sua dissertação de mestrado, com o título “Da (In)admissibilidade das provas ilícitas obtidas através do recurso a meios eletrónicos no âmbito do Processo Civil Português”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
55. Orientação do Dr. Sérgio Filipe Queirós Cerqueira na sua dissertação de mestrado, com o título “O regime jurídico da Exoneração do Passivo Restante: Até que ponto estamos perante um verdadeiro fresh start?”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
56. Orientação da Dra. Sónia Gabriela Mendes de Freitas na sua dissertação de mestrado, com o título “A Compensação Processual de Créditos”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;

57. Orientação da Dra. Suellen Posseborn da Fonseca na sua dissertação de mestrado, com o título “A visão sistêmica como auxiliar do direito de família: perspectiva luso-brasileira.”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho;
58. Orientação da Dra. Tânia Alexandre Silva Araújo na sua dissertação de mestrado, com o título “Tutela Cautelar no Processo de Insolvência”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa da Escola de Direito da Universidade do Minho;
59. Orientação da Dra. Thamizye Pimenta Maria Marques na sua dissertação de mestrado, com o título “A visão sistêmica como auxiliar do direito de família: perspectiva luso-brasileira”, no âmbito do Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões da Escola de Direito da Universidade do Minho.

III. VERTENTE INVESTIGAÇÃO

1. Atividade editorial

1.1. Edição e coordenação de obras coletivas

1. GONÇALVES, Marco Carvalho, *et al.*, *650TH Anniversary of the Anglo-Portuguese Alliance: Taking Stock of the Past and Envisioning the Future*, Gestlegal, 2023;
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, *et. al.*, *Atas do Congresso Internacional - Meios de Resolução Alternativa de Litígios Online*, Escola de Direito/JusGov, 2022 (<https://hdl.handle.net/1822/78234>);
3. GONÇALVES, Marco Carvalho/GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira (coord.), *Direito Processual Civil. Diálogos Brasil-Portugal*, 1.^a edição, Editora Thoth, Rio de Janeiro, 2020.

1.2. Coordenação de edição de publicações periódicas

1. Coordenou a edição do n.º 359 (tomo LXXI – maio/agosto 2022) da Revista *Scientia Iuridica*;
2. Coordenou a edição do n.º 356 (tomo LXX – maio/agosto 2021) da Revista *Scientia Iuridica*;
3. Coordenou a edição do n.º 352 (tomo LXIX – janeiro/abril 2020) da Revista *Scientia Iuridica*;
4. Coordenou a edição do n.º 350 (tomo LXVIII – maio/agosto 2019) da Revista *Scientia Iuridica*;
5. Coordenou a edição do n.º 348 (tomo LXVII – setembro/dezembro 2018 da Revista *Scientia Iuridica*.

2. Livros

1. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Embargos de Terceiro*, Almedina, Coimbra, 2026 (prelo);
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 5.^a reimp. da 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2025 (prelo);
3. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Código de Processo Civil*, 1.^a reimp. da 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2025;
4. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 4.^a reimp. da 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2025;

5. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Processo de Insolvência e Processos Pré-Insolvenciais*, 1.^a reimp. da 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2024;
6. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 3.^a reimp. da 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2024;
7. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Código de Processo Civil*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2024;
8. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 3.^a reimp. da 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2024;
9. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Processo de Insolvência e Processos Pré-Insolvenciais*, Almedina, Coimbra, 2023;
10. PRATA, Ana, (colaboração de Marco Carvalho Gonçalves), *Dicionário Jurídico*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2023;
11. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 2.^a reimpressão da 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
12. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 6.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
13. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, 3.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
14. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 1.^a reimpressão da 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
15. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 2.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
16. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Prazos Processuais*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
17. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
18. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 5.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;

19. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, 2.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
20. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 3.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
21. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 2.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2021;
22. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 4.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2021;
23. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, 1.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2021;
24. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 1.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2021;
25. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 1.^a reimpressão da 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2020;
26. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Prazos Processuais*, 1.^a reimpressão da 2.^a edição revista e aumentada, Almedina, Coimbra, 2020;
27. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 3.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2020;
28. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2020;
29. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2020;
30. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Prazos Processuais*, 2.^a edição revista e aumentada, Almedina, Coimbra, 2020;
31. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;

32. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 2.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
33. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
34. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Prazos Processuais*, 1.^a reimpressão da 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
35. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
36. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Prazos Processuais*, 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
37. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 1.^a reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2018;
38. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, reimpressão da 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2018;
39. GONÇALVES, Marco Carvalho/OLIVEIRA, António Cândido de, *Estudos Jurídicos em Homenagem em Comemoração (Índices de Artigos e de Autores - 1966-2017)*, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2018;
40. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 2.^a edição revista e aumentada, Almedina, Coimbra, 2018;
41. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017;
42. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017;
43. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017;
44. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 2.^a reimpressão da 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2017;
45. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Direito Processual Civil Executivo - Casos Práticos Resolvidos à Luz do Novo Código de Processo Civil*, Almedina, Coimbra, 2016;

46. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 1.^a reimpressão da 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016;
47. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Lições de Processo Civil Executivo*, 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016;
48. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2016;
49. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Providências Cautelares*, 1.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015;
50. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Dicionário Jurisprudencial de Processo Civil*, 6 Volumes, Coimbra Editora – grupo Wolters Kluwer, Coimbra, 2012;
51. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Embargos de Terceiro na Acção Executiva*, Coimbra Editora – Wolters Kluwer, Coimbra, 2010;
52. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – A Prática da Teoria*, Almedina, Coimbra, 2008;
53. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Executivo – Casos Práticos Resolvidos*, AEDUM, Braga, 2005;
54. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Direito Processual Civil Declarativo – Casos Práticos Resolvidos*, AEDUM, Braga, 2005;
55. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Legislação de Direito Fiscal*, 1.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2005;
56. GONÇALVES, Marco Carvalho/ROCHA, Joaquim Freitas, *Direito Fiscal – Elementos de Apoio*, 1.^a Edição, AEDUM (Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho), Braga, 2004.

3. Coletâneas de legislação

1. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Código de Processo Civil e Legislação Complementar*, CEJUR, Braga, 2015;
2. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Código de Processo Civil e Legislação Complementar*, 1.^a edição, AEDUM, Braga, 2013;

3. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Códigos Tributários*, Wolters Kluwer, 2012;
4. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Legislação Processual Civil*, vol. I, 3.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011;
5. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Legislação Processual Civil*, 2.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009;
6. GONÇALVES, Marco Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, *Legislação Processual Civil*, 1.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2008;
7. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Legislação de Direito Fiscal*, 3.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
8. GONÇALVES, Marco Carvalho, *Legislação de Direito Fiscal*, 2.^a Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

4. Capítulos de livros

1. GONÇALVES, Marco Gonçalves, “Tecnologia e Justiça”, in *Tendências Atuais do Processo Civil*, Almedina, Coimbra, 2025, pp. 29-46 (prelo);
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Preferência da penhora e pluralidade de penhoras”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos*, 2025, (prelo);
3. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Direito a um processo eficiente e equitativo: contributos para uma revisão do processo civil executivo”, in *Anuário do JusLab*, Centro de Investigação em Justiça e Governação, Braga, 2025 (prelo);
4. GONÇALVES, Marco Carvalho, Anotação aos artigos 83.º, 232.º, 240.º, 247.º, 376.º a 384.º, 387.º, 388.º, 464.º, 468.º, 565.º, 569.º, 570.º, 572.º, 693.º, 698.º, 704.º a 708.º, 713.º a 716.º, 753.º, 754.º e 810.º a 815.º do Código de Processo Civil de Macau, 2025; (prelo)
5. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Entre a descoberta da verdade material e o direito fundamental a um processo justo e equitativo: da licitude da recusa do dever de cooperação em sede probatória no processo civil”, 10.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia, 2025; (prelo)
6. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Dever de gestão processual: em torno da celeridade e da eficiência no processo civil português”, 9.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia; (prelo)

7. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Princípio da igualdade de oportunidades (de armas)”, *in Principios de Justiça Penal nos Países e Territórios de Língua Portuguesa*, 1.ª ed., Marcial Pons, São Paulo, 2025, pp. 551-562;
8. GONÇALVES, Marco Carvalho, Anotação aos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de outubro, *in Processos da Competência do Ministério Público e das Conservatórias do Registo Civil*, Gestlegal, Coimbra, 2025, pp. 93-100;
9. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Prazos e Processo Tributário”, *in Comentários à Legislação Processual Tributária*, 2.ª edição, AAFDL Editora, 2025, pp. 173-199;
10. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Providência cautelar de arrolamento no âmbito dos litígios familiares e sucessórios”, *in Justicia de Familia ante una Nueva Realidad Tecnológica: Estudio Comparado entre España y Portugal* (dir. Esther Pillado González e Sonia Calaza López), Dykinson, 2024, pp. 17-34;
11. GONÇALVES, Marco Gonçalves, “Anotação dos arts. 1048.º a 1052.º do Código de Processo Civil”, *in* Mesquita, L. V., & Leiras, D. (coords.), *Processos de Jurisdição Voluntária: Anotações aos artigos 989.º a 1081.º do Código de Processo Civil*, Gestlegal, 2024;
12. GONÇALVES, Marco Gonçalves, “Providências cautelares e ordens preliminares”, *in Os 10 anos da Lei da Arbitragem Voluntária: balanço e perspectivas de futuro*, Almedina, Coimbra, 2023, pp. 107-127;
13. GONÇALVES, Marco Carvalho / MOREIRA, Teresa Coelho, “Presunção de contrato de trabalho no âmbito de plataforma digital: alguns aspetos materiais e processuais”, *in As Palavras Necessárias – Estudos em Comemoração dos 30 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho por ocasião do Centenário de Francisco Salgado Zenha*, vol. II, 2023, pp. 381-402;
14. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Registo imobiliário e segurança jurídica no processo executivo”, *in XXII Congreso Mundial de Derecho Registral*, Colegio de Registradores de la Propiedad, Mercantiles y Bienes Muebles de España, 2023, pp. 1179-1200;
15. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Direito de remição pelo unido de facto”, *in Atas do I Congresso Ibérico de Direito da Família e das Sucessões*, Gestlegal, 2023, pp. 373-394;
16. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Competência judiciária, reconhecimento e execução de decisões em matéria civil e comercial nos litígios luso-britânicos”, *in Conferência Interdisciplinar 650.º Aniversário da Aliança Luso-Britânica*, 2023; pp. 529-549;

17. GONÇALVES, Marco Carvalho / MOREIRA, Teresa Coelho, “Distintos procedimientos: ordinario, especial, de los conflictos colectivos de orden económico, etc. (incluye el procedimiento especial o sumario de tutela de derechos fundamentales y el proceso monitorio)”, in *Estudios sobre las Jurisdicciones Laborales en Iberoamérica*, Laborum Ediciones, Murcia, 2023, pp. 295-314;
18. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Aspetos de direito processual: resolução de conflitos na economia colaborativa”, in *Economia Colaborativa*, UMinho Editora, Braga, 2023, pp. 769-789;
19. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Tutela cautelar conservatória: perspectivas jurisprudenciais sobre o arresto e o arrolamento”, in *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*, vol. II, UMinho Editora, 2022, pp. 37-62;
20. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Inteligência artificial e processo judicial: em busca da celeridade, da eficiência e da qualidade da justiça”, in *Projeto IA e Robótica: Desafios para o Direito no Século XXI*, Gestlegal, 2022, pp. 269-286;
21. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Os meios alternativos de resolução de litígios online na União Europeia”, in *O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)* - Volume III, Universidade do Minho, Braga, 2022, pp. 62-72;
22. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Incapacidade judiciária na ordem jurídica portuguesa: aspetos processuais”, *Retos de la Justicia Civil Indisponible: Infancia, Adolescencia y Vulnera*, Thomson Reuters Aranzadi, Navarra, 2022, pp. 399-421;
23. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Os mecanismos de resolução alternativa de litígios em linha – ODR - no contexto da Justiça Eletrónica europeia”, in *O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)* - Volume II (Coleção UNIO E-book), julho 2021, pp. 66-76;
24. GONÇALVES, Marco Gonçalves, Anotação dos arts. 12.º a 19.º, 21.º, 32.º, 33.º, 65.º e 67.º, in *Regime Geral do Processo Tutelar Cível Anotado* (coords. Cristina Dias, João Nuno Barros e Rossana Martingo Cruz), Almedina, Coimbra, 2021;
25. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Procedimentos cautelares”, in *Um Ano de Reforma do Processo do Trabalho: Balanço e Perspetivas, Estudos APODIT 8*, AAFDL, Lisboa, 2021, pp. 9-31;

26. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da necessidade de revisão do regime da inversão do contencioso na tutela cautelar”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Wladimir Brito*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 1047-1061;
27. GONÇALVES, Marco Carvalho, "O inventário à luz da Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro: problemas e dificuldades processuais", in *Processo de Inventário: Novos e Renovados Desafios*, Direção-Regional Norte da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, setembro de 2020, pp. 6-49;
28. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Arresto e penhora eletrónica de bens e de direitos no contexto da cooperação judiciária europeia: da sustentabilidade tecnológica à tutela jurisdicional efetiva”, in *Sustentabilidade tecnológica: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável: Edição comemorativa de uma década do Mestrado em Direito da União Europeia da Universidade do Minho*, julho de 2020, pp. 40-48;
29. GONÇALVES, Marco Carvalho, “A oposição no processo executivo administrativo”, in *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020;
30. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Cooperação no domínio da obtenção de provas em matéria civil e comercial”, in *O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice) (Coleção UNIO E-book)*, julho 2020, pp. 28-35, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/65807>;
31. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Citação e notificação de atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial nos Estados-Membros”, in *O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice) (Coleção UNIO E-book)*, julho 2020, pp. 36-42, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/65807>;
32. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Citação eletrónica no processo judicial e tutela jurisdicional efetiva”, in *Anuário de Direitos Humanos*, Centro de Investigação em Justiça e Governança, Braga, julho 2020, pp. 35-50;
33. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Efetividade da tutela jurisdicional das obrigações pecuniárias no ordenamento jurídico português”, in *Direito Processual Civil. Diálogos Brasil-Portugal*, 1.ª edição, Editora Thoth, Rio de Janeiro, 2020, pp. 215-245;
34. GONÇALVES, Marco Carvalho, “A oposição no processo executivo administrativo”, in *Comentários à Revisão da Legislação Processual Administrativa*, 4.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020, pp. 1181-1211;

35. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Direito a um processo equitativo na jurisdição civil nos 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, in *70 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Editora Pessotto, Bauru, Brasil, 2019, pp. 227-239;
36. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Direito a um Processo Equitativo e Público”, in *Comentário à Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, vol. II, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2019, pp. 931-964;
37. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Tutela jurisdicional efetiva na justiça civil à luz dos ordenamentos constitucionais Brasileiro e Português”, in *A Evolução do Sistema Constitucional de Garantias de Direitos nos 30 Anos da Constituição Federal de 1988*, Editora Pessotto, Bauru, Brasil, 2018, pp. 269- 288;
38. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Procedimentos cautelares laborais e a sua articulação com o novo Código de Processo Civil à luz do projeto de revisão do Código de Processo do Trabalho: em especial, a inversão do contencioso”, in *Prontuário de Direito do Trabalho*, CEJ, Almedina, 2018, pp. 171-200;
39. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Integração judiciária e tutela jurisdicional dos interesses económicos e sociais”, in *Unio E-book Workshop CEDU/UNISC 2016: Interjursfundamentalidade, Internormatividade e Interjurisdicionalidade*, Escola de Direito da Universidade do Minho/Centro de Estudos em Direito da União Europeia, 2017, pp. 229-242;
40. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal”, in *Código Civil de 1966: Novos Desafios. Comemorações dos 50 anos do Código Civil*, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2017, pp. 151-173;
41. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Tramitação do processo civil comum de declaração: Em busca de um novo paradigma”, in *Estudos Comemorativos dos 20 Anos da FDUP*, vol. II, Almedina, 2017, pp. 235-251;
42. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Impugnação e modificação da decisão sobre a matéria de facto”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira*, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 729-743;
43. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Personal Assistants: Civil Liability and Dispute Resolution”, in *Personal Assistants: Emerging Computational Technologies*, vol. 132, Springer, 2017, pp. 209-220;
44. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Novas técnicas na docência em direito”, in *Docencia en Derecho y Proceso*, Dir. Esther Pillado González, Editorial Dykinson, Madrid, 2017, pp. 53-60;

45. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Procedimentos cautelares laborais e a articulação com o novo Código de Processo Civil. Em especial, a inversão do contencioso”, in *O Novo Código do Processo Civil e o Processo do Trabalho – Estudos APODIT 2*, AAFDL, Lisboa, abril 2016, pp. 55-83;
46. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Proposal for a regulation online mediation in cross-border civil and commercial matters in the European Union: Procedural aspects, recognition and enforcement of the agreement”, in *Electronic Mediation and E-Mediator: Proposal for the European Union*, Granada, 2016, pp. 97-103;
47. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Alternative Dispute Resolution in Civil and Commercial Matters in the European Union”, in *Interdisciplinary Perspectives on Contemporary Conflict Resolution*, IGI Global, 2016, pp. 111-127;
48. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da oposição à execução baseada em requerimento de injunção no novo Código de Processo Civil: uma inconstitucionalidade anunciada?”, in *Estudos em Comemoração dos 20 Anos da Escola de Direito da Universidade do Minho*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 427 a 448;
49. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Embargos de terceiro e terceiros para efeitos de registo”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Heinrich Ewald Hörster*, Almedina, 2012, pp. 345-367.

5. Publicações em periódicos

1. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Execução da ata da reunião da assembleia de condóminos: sanções pecuniárias e caducidade do direito de ação: Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (2.ª Secção) de 08.04.2025, Proc. 7198/07.5YYPRT-E.P1, in *Cadernos de Direito Privado*, 2025;
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Acesso ao direito e aos tribunais: contributos da tecnologia para a melhoria da eficiência na administração da justiça”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Macau*, ano XXVII, n.º 54, 2023, pp. 311-326;
3. GONÇALVES, Marco Carvalho / MOREIRA, Teresa Coelho, “Presunção de contrato de trabalho no âmbito de plataforma digital: alguns aspetos materiais e processuais”, in *Revista do Ministério Público*, ano 44, n.º 175, jul.-set. 2023, pp. 181-205;
4. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Resolução em benefício da massa insolvente de ato praticado entre terceiros: Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (6.ª Secção) de 19.10.2021, Proc. 1802/18.7T8STS-F.P1.S1”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 81, jan.-mar. 2023, pp. 54-73;

5. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Ilegitimidade processual ativa do administrador da insolvência e da massa insolvente no processo de inventário: Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 23.3.2022, Proc. 215/20.5T8MNC.G1”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 79, 2023, pp. 43-60;
6. GONÇALVES, Marco Carvalho, “A penhora no processo de execução fiscal: sua tramitação e limites à penhorabilidade de direitos”, in *Cadernos de Justiça Tributária*, n.º 36, abril/junho 2022, pp. 2-28.
7. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Direito de remição e união de facto: Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 3.12.2020, Proc. 335/17.3T8CHV.D.G1”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 75, 2021, pp. 63-82;
8. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da necessidade de repristinação dos regimes da réplica e da tréplica”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 65, Cejur, Braga, janeiro-março 2019, pp. 18-32;
9. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Meios simplificados de obtenção de títulos executivos à luz do Direito Nacional e do Direito da União Europeia”, in *Scientia Iuridica*, tomo LXVIII, n.º 349, Braga, janeiro-abril 2019, pp. 103-130;
10. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da (des)proteção do executado no Código de Processo Civil”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 57, Cejur, Braga, janeiro-março 2017;
11. CEBOLA, Cátia Marques/GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da possibilidade de aplicação de medidas cautelares à executoriedade do acordo de mediação em Portugal: análise em contexto familiar”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, n.º 9, 2016;
12. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Procedimentos cautelares laborais e a articulação com o novo Código de Processo Civil. Em especial, a inversão do contencioso”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 53, Cejur, Braga, janeiro-março 2016;
13. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Competência Judiciária na União Europeia”, in *Scientia Iuridica*, tomo LXIV, n.º 339, Braga, setembro-dezembro 2015;
14. GONÇALVES, Marco Carvalho, “O procedimento extrajudicial pré-executivo: Breve análise do seu regime jurídico”, in *Temas de Direito Privado*, n.º 1, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2015;
15. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Notas sobre o regime transitório de aplicação do novo Código de Processo Civil”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44, Cejur, Braga, outubro-dezembro 2013;

16. GONÇALVES, Marco Carvalho, “As alterações no processo executivo: reforma ou contrarreforma?”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 40, Cejur, Braga, outubro-dezembro 2012.

6. Comunicações publicadas em acesso aberto

1. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Dignidade da pessoa humana no processo de execução”, in *Atas do 8.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia: As Liberdades e seus Limites em Estados Democráticos*, Santa Catarina, Brasil, 2022, pp. 120-130;
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Resolução de litígios em linha nos litígios transfronteiriços: problemas e desafios”, in *Atas do Congresso Internacional - Meios de Resolução Alternativa de Litígios Online*, Escola de Direito/JusGov, 2022, pp. 469-489;
3. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Resolução de litígios no âmbito das empresas familiares: aspectos jurídico-processuais”, in *Curso Breve de Governação de Empresas Familiares – Aspetos Jurídicos* (org. Dr. João Nuno Barros e Prof. Doutora Rossana Martingo Cruz), Escola de Direito da Universidade do Minho, 2021, in <http://hdl.handle.net/1822/74384> (96 *downloads* e 56 consultas desde 2001);
4. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Arresto e penhora eletrónica de bens e de direitos no contexto da cooperação judiciária europeia: Da sustentabilidade tecnológica à tutela jurisdicional efetiva”, in *Sustentabilidade tecnológica: o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável - Edição comemorativa de uma década do Mestrado em Direito da União Europeia da Universidade do Minho*, 2020, pp. 40-48;
5. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Atos Processuais e Prazos no âmbito da pandemia da doença Covid-19”, AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, 2020, in <http://hdl.handle.net/1822/65830> (4926 *downloads* e 216 consultas desde 2020);
6. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Providências cautelares conservatórias: questões práticas atuais”, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2018, in <http://hdl.handle.net/1822/53693> (8012 *downloads* e 359 consultas desde 2018);
7. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Da cooperação judiciária à tutela jurisdicional efetiva na União Europeia”, VII Encontro Internacional do CONPEDI, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2018, in <http://hdl.handle.net/1822/53692> (428 *downloads* e 145 consultas desde 2018);

8. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Integração judiciária e tutela jurisdicional dos interesses económicos e sociais”, Workshop CEDU/UNISC, 2018, *in* <http://hdl.handle.net/1822/53695> (70 *downloads* e 63 consultas desde 2018);
9. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal”, *Jornadas internacionais no âmbito da comemoração dos 50 anos do Código Civil Português*, Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga, 2016, *in* <http://hdl.handle.net/1822/42750> (8796 *downloads* e 279 consultas desde 2016);
10. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Novas técnicas na docência em Direito”, *in* <http://hdl.handle.net/1822/41790> (19 *downloads* e 156 consultas desde 2016);
11. GONÇALVES, Marco Carvalho, “(Des)apoio judiciário”, *in* <http://hdl.handle.net/1822/37731> (631 *downloads* e 175 consultas desde 2015).

7. Atas de eventos científicos

1. GONÇALVES, Marco Carvalho, “Tutela jurisdicional efetiva e dever de fundamentação da decisão”, *in* *Direito na Lusofonia – Dizer o Direito: o papel dos Tribunais no séc. XXI*, vol. 2, Escola de Direito da Universidade do Minho e JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, 2022, pp. 49-57;
2. GONÇALVES, Marco Carvalho, “As novas tecnologias ao serviço da justiça cível: Problemas atuais e desafios futuros”, *in* *Direito na Lusofonia. Direito e Novas Tecnologias*, Escola de Direito da Universidade do Minho e Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov), 2018, pp. 295-303.

8. Prefácios

1. Prefácio da obra “A indisponibilidade dos créditos tributários e o seu impacto em processos de recuperação de empresas”, da autoria do Dr. Lucas Oliveira.

9. Colóquios

1. Participou como orador, com a intervenção “O inventário à luz da Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro: problemas e dificuldades processuais”, no colóquio *online*, subordinado ao tema “Processo de Inventário - As alterações da Lei n.º 117/2019, de 13 de setembro” (22 de maio de 2020);
2. Participou como orador, com a intervenção “Formas simplificadas de obtenção de títulos executivos - uma avaliação”, no colóquio subordinado ao tema “Questões da prática judiciária

no âmbito das AECOP's, Injunções e PED”, que decorreu no Centro de Estudos Judiciários (22 de março de 2019);

3. Participou como orador, com a intervenção “A penhora no processo de execução fiscal: sua tramitação e limites à penhora de direitos”, no colóquio subordinado ao tema “Execução fiscal”, que decorreu no Centro de Estudos Judiciários (14 de março de 2019);
4. Participou como orador, com a intervenção “Da cooperação judiciária à tutela jurisdicional efetiva na União Europeia”, no VII Encontro Internacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, que decorreu na Universidade do Minho (7 de setembro de 2017);
5. Participou como orador, com a intervenção “Procedimentos cautelares laborais e a articulação com o novo Código de Processo Civil”, no colóquio subordinado ao tema “A reforma do processo do trabalho”, que decorreu no Centro de Estudos Judiciários (3 de março de 2017);
6. Participou como orador, com a intervenção “Integração judiciária e tutela jurisdicional dos interesses económicos e sociais”, no II Colóquio sobre Interconstitucionalidade, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho (15 de novembro de 2016);
7. Participou como orador, com a intervenção “A reforma do processo civil”, no colóquio subordinado ao tema Reformas do Direito no Século XXI – Reforma do Processo Civil e Direito Administrativo, realizado na Casa da Portela, em Amarante, organizado pela Delegação da Ordem dos Advogados de Amarante (29 de março de 2014).

10. Congressos

1. Participou como orador, com a intervenção “Sustento minimamente digno do devedor no processo insolvência”, no 11.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia, realizado em Luanda, Angola (15 de maio de 2025);
2. Participou como orador, com a intervenção “Entre a descoberta da verdade material e o direito fundamental a um processo justo e equitativo: da licitude da recusa do dever de cooperação em sede probatória no processo civil”, no 10.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia, realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho (11 de maio de 2024);
3. Participou como orador, com a intervenção “Providência cautelar de arrolamento no âmbito dos litígios familiares e sucessórios”, no II Congresso Ibérico de Direito da Família e Sucessões, na Universidade de Vigo (9 de novembro de 2023);

4. Participou como orador, com a intervenção “Acesso ao Direito e aos Tribunais: Contributos da tecnologia para a melhoria da eficiência na administração da justiça”, na 13.ª Conferência Internacional sobre as Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global” – Quatro anos depois: exigências e respostas durante e para além da pandemia de Covid-19”, na Universidade de Macau (27 de outubro de 2023);
5. Participou como orador, com a intervenção “Dever de gestão processual: em torno da celeridade e da eficiência no processo civil português”, no 9.º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia, realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho, via *Colibri Zoom* (21 de setembro de 2023);
6. Participou como orador, com a intervenção “Debilidades e incoerências do processo civil executivo: contributos para uma reforma à luz da tutela jurisdicional efetiva”, no II Congresso de Processo Civil, realizado pela Delegação de Braga da Ordem dos Advogados (6 de março de 2023);
7. Participou como orador, com a intervenção “Inteligência artificial e processo judicial: em busca da celeridade, da eficiência e da qualidade da justiça”, no congresso internacional subordinado ao tema “IA e Robótica: Desafios para o Judiciário”, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho (25 de novembro de 2022);
8. Participou como orador, com a intervenção “Incapacidade em Portugal: aspetos processuais”, no congresso internacional subordinado ao tema *“Avances tras un año de la nueva regulación en materia de discapacidad y protección de la infancia y adolescencia frente a la violencia”*, realizado na Universidade de Vigo (10 de novembro de 2022);
9. Participou como orador, com a intervenção “Dignidade da pessoa humana no processo de execução”, no 8.º Congresso Internacional Direito na Lusofonia, realizado na Universidade do Vale do Itajaí, Campus de Itajaí, em Santa Catarina, Brasil (19 de outubro de 2022);
10. Participou como orador, com a intervenção “Registo imobiliário e segurança jurídica no processo executivo”, no XXII Congresso Internacional de Direito Registral, realizado na Alfândega do Porto (17 de maio de 2022);
11. Participou como orador, com a intervenção “Direito de remição na União de Facto”, no I Congresso Ibérico de Direito da Família e das Sucessões, realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho (13 de maio de 2022);
12. Participou como orador, com a intervenção “Incapacidade judiciária na ordem jurídica portuguesa: aspetos processuais”, no *Congreso Internacional Retos del Derecho de Familia*, realizado na Universidade de Vigo (4 de novembro de 2021);

13. Participou como orador, com a intervenção “Resolução de litígios em linha nos litígios transfronteiriços: problemas e desafios”, no Congresso Internacional subordinado ao tema “Meios de Resolução Alternativa de Litígios Online”, realizado via *Colibri Zoom* (14 de outubro de 2021);
14. Participou como orador, com a intervenção “Tutela jurisdicional efetiva e dever de fundamentação da decisão”, no VII Congresso Direito na Lusofonia, realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho, via *Colibri Zoom* (24 de junho de 2021);
15. Participou como orador, com a intervenção “O direito a um processo equitativo e a uma audiência pública na Convenção Europeia dos Direitos Humanos”, no congresso sobre a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que decorreu na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica (4 de junho de 2019);
16. Participou como orador, com a intervenção “Oposição através de réplica e de tréplica”, no III Congresso de Processo Civil, que decorreu em Lisboa (24 de maio de 2019);
17. Participou como orador, com a intervenção "As novas tecnologias ao serviço da justiça cível: Problemas atuais e desafios futuros", no V Congresso Direito na Lusofonia, realizado na Escola de Direito da Universidade do Minho (24 de março de 2018).

11. Conferências

1. Participou como orador, com a intervenção “Da Conservatória do Registo Civil ao Tribunal Judicial: entre a paz e o contencioso”, na Escola de Direito da Universidade do Minho (21 de novembro de 2025);
2. Participou como orador, no Painel “Princípios de Justiça Penal”, integrado no VI Congresso JusCrim – Reforma da Justiça Penal: Processo(s), Estratégias e Desafios, na Escola de Direito da Universidade do Minho (19 de novembro de 2025);
3. Participou como orador, com a intervenção “Processo de Insolvência – Questões Problemáticas Atuais”, na Delegação de Vila Nova de Famalicão da Ordem dos Advogados (26 de junho de 2024);
4. Participou como orador, com a intervenção “Tecnologia e Justiça”, na conferência “Tendências atuais no processo civil”, na Universidade Autónoma de Lisboa (17 de junho de 2024);
5. Participou como orador na Conferência de Apresentação do Observatório Prático de Direito das Crianças, Família e Sucessões, com a intervenção "A insolvência entre cônjuges", na Escola de Direito, em Braga (15 de dezembro de 2023);

6. Participou como orador, com a intervenção “Exoneração do passivo restante – Questões Problemáticas Atuais”, na conferência subordinada ao tema “A exoneração do passivo restante”, realizada na Associação Jurídica de Braga (10 de maio de 2023);
7. Participou como orador, com a intervenção “Regime do maior acompanhado: questões processuais”, na conferência subordinada ao tema “A proteção dos adultos vulneráveis”, realizada na Associação Jurídica de Braga (14 de dezembro de 2022);
8. Participou como orador, com a intervenção “Providências cautelares e ordens preliminares”, na conferência subordinada ao tema “Os 10 anos da Lei da Arbitragem Voluntária: balanço e perspetivas de futuro”, realizada na Universidade Autónoma de Lisboa (26 de outubro de 2022);
9. Participou como orador, com a intervenção “Regime do maior acompanhado: questões processuais”, na conferência subordinada ao tema “A proteção dos adultos vulneráveis”, realizada no Tribunal da Relação de Guimarães (25 de outubro de 2022);
10. Participou como orador, com a intervenção “Competência judiciária, reconhecimento e execução de decisões em matéria civil e comercial nos litígios luso-britânicos”, na Conferência Interdisciplinar 650.º Aniversário da Aliança Luso-Britânica, no dia 8 de julho de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
11. Participou como orador, com a intervenção “(Des)apoio judiciário”, na conferência subordinada ao tema “Processos Judiciais em Tempos de crise (Ainda existe tutela judicial efetiva?)”, realizada Escola de Direito da Universidade do Minho (16 de outubro de 2015);
12. Participou como orador, com a intervenção “Procedimentos cautelares laborais e a articulação com o novo Código de Processo Civil”, na conferência subordinada ao tema “O Novo Código do Processo Civil e o Processo do Trabalho”, organizada pela Associação Portuguesa de Direito do Trabalho, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, a Associação Jurídica de Braga e a Escola de Direito da Universidade do Minho (2 de outubro de 2015);
13. Participou como orador, com a intervenção “Cooperação Judiciária na União Europeia”, na conferência subordinada ao tema “Questões Práticas da Aplicação do Direito da União Europeia”, organizada pelo Centro de Estudos do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados (30 de abril de 2015);
14. Participou como orador, com a intervenção “Impacto da justiça especializada no interior do País”, na conferência subordinada ao tema “Novo Mapa Judiciário: Os Seis Primeiros Meses da Reforma”, realizada na Escola de Direito da Universidade do Minho, organizada pela ELSA UMinho (26 de fevereiro de 2015);

15. Participou como orador, com a intervenção “A nova reforma da execução”, na conferência subordinada ao tema “A Reforma do Código de Processo Civil”, realizada no Tribunal da Relação de Guimarães, organizada pelo Ius Dicere – Instituto de Direito Judiciário (2 de março de 2013);
16. Participou como orador, com a intervenção “As alterações no processo executivo. Reforma ou contra- reforma”, na conferência subordinada ao tema "O Projecto de Revisão do Código de Processo Civil", realizada na Universidade do Minho, organizada pelo Ius Dicere - Instituto do Direito Judiciário (12 de outubro de 2012);
17. Participou como orador na conferência subordinada ao tema “Antecipação do Mérito na Tutela Cautelar”, realizada em Lousada, organizada pelo Conselho Superior da Magistratura (8 de julho de 2011);
18. Participou como orador na conferência subordinada ao tema “De Novo a Reforma da Acção Executiva: Apreciação Crítica”, organizada pela *ELSA - European Law Students Association* (3 de dezembro de 2009);
19. Participou como orador na conferência subordinada ao tema “Questões práticas sobre as providências cautelares”, realizada no Porto, organizada pelo Centro de Estudos Judiciários (29 de fevereiro de 2008).

12. Seminários

1. Participou como orador, com a intervenção “Resolução Alternativa de Litígios na União Europeia”, no Seminário do Mestrado em Direito da União Europeia da Universidade do Minho (19 de maio de 2021);
2. Participou como orador, com a intervenção “Proteção constitucional do executado na ação executiva: perspetivas atuais à luz do novo Código de Processo Civil”, no Encontro Internacional das Academias de Braga e Santiago de Compostela, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho (21 de outubro de 2016);
3. Participou como especialista no projeto EMEDEU, com a intervenção “Processo de mediação eletrónica, efeitos, reconhecimento e executividade do acordo”, realizada na Universidade de Salamanca (4 e 5 de fevereiro de 2016);
4. Participou como orador no painel de discussão subordinado ao tema “Partilhando Ideias: CHATGPT hoje”, realizada na Universidade do Minho, em Braga (9 de fevereiro de 2023).

13. Webinars

1. Participou como orador no *webinar* “Gestão do tempo e do stress: Competências Transversais para a Investigação Científica em Direito”, o qual teve lugar no dia 13 de junho de 2024;
2. Participou como orador, com a intervenção “Aspetos de direito processual: resolução de conflitos na economia colaborativa”, no *webinar* subordinado ao tema “IV Sessão do Webinar intitulado 2º Encontro de investigadores do Projeto “Economia Colaborativa”, que decorreu em formato on-line (12 de julho de 2021);
3. Participou como orador, com a intervenção “Inteligência artificial e processo judicial: em busca da celeridade, da eficiência e da qualidade da justiça”, no *webinar* subordinado ao tema “IA e Robótica: Desafios para o Judiciário”, que decorreu em formato on-line (30 de abril de 2021);
4. Participou como orador, com a intervenção “Procedimentos cautelares”, no webinar, intitulado “Um ano de reforma do processo do trabalho: balanço e perspectivas”, organizado pela APODIT – Associação Portuguesa de Direito do Trabalho, que decorreu em formato *on-line* (14 de outubro de 2020).

14. Jornadas

1. Participou como orador, com a intervenção “Responsabilidade patrimonial dos cônjuges e penhora de bens comuns do casal”, nas Jornadas internacionais no âmbito da comemoração dos 50 anos do Código Civil Português, realizadas na Escola de Direito da Universidade do Minho (30 de setembro de 2016).

15. Workshops

1. Participou no *Workshop Brainstorming on Research Themes*, dinamizado pela Professora Maria Eduarda Gonçalves, que decorreu no dia 20 de abril de 2023 na Escola de Direito da Universidade do Minho;
2. Participou como orador no *workshop online*, organizado pela Almedina Mais, subordinado ao tema “Ação Executiva: Meios de reação à penhora” (12 e 13 de novembro de 2020);
3. Participou como orador no *workshop online*, organizado pela Almedina Mais, subordinado ao tema “Ação Executiva: Os Títulos Executivos” (17 e 18 de setembro de 2020);
4. Participou como orador no *workshop* Comemorativo de uma Década do Mestrado em Direito da União Europeia da Universidade do Minho, com o tema “Sustentabilidade tecnológica: o

papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento sustentável”, que decorreu na Escola de Direito das Universidade do Minho, em Braga (11 de outubro de 2019);

5. Participou como orador no *workshop* de processo civil executivo, organizado pelo Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, que decorreu na Ordem dos Advogados, em Lisboa (8 de novembro de 2016);
6. Participou como orador no *workshop* de prática processual civil no Encontro Nacional de Estudantes de Direito, que decorreu na Escola de Direito da Universidade do Minho (29 de outubro de 2016).

16. *Spring e Summer Schools*

1. Participou, como orador, com a intervenção “Os meios alternativos de resolução de litígios *online* na União Europeia”, na *Spring School* subordinada ao tema “EU procedure and credits' claims: approaching electronic solutions under e-justice paradigma” (16 de março de 2022);
2. Participou, como orador, com a intervenção “Os mecanismos de resolução alternativa de litígios em linha – ODR - no contexto da Justiça Eletrónica europeia”, na *Summer School* subordinada ao tema “O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)” (7 de julho de 2021);
3. Participou, como orador, com a intervenção “Cooperação no domínio da obtenção de provas em matéria civil e comercial”, na *Summer School* subordinada ao tema “O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)” (7 de julho de 2020);
4. Participou, como orador, com a intervenção “Citação e notificação de atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial nos Estados-Membros”, na *Summer School* subordinada ao tema “O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais à luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)” (7 de julho de 2020).

17. Coordenação de projetos científicos

Coordenação do Projeto “Meios de resolução alternativa de litígios online” (Coordenadores: Francisco Andrade; Marco Gonçalves; Rossana Martingo Cruz), desenvolvido no JusGov, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022. Desse projeto resultou quer a realização de um Congresso Internacional, subordinado ao tema “Meios de resolução alternativa de litígios online”, o qual teve lugar nos dias 14 e 15 de outubro de 2021, via *colibri zoom*, quer a publicação de uma obra coletiva, intitulada *Atas do Congresso Internacional - Meios de*

Resolução Alternativa de Litígios Online, Escola de Direito/JusGov, 2022 (<https://hdl.handle.net/1822/78234>). Este projeto não teve financiamento.

18. Membro de equipa de projetos

1. Membro da equipa de investigação da candidatura Smart Courts: Inteligência Artificial e Eficiência da Justiça do concurso MPr-2023-12 - SACCCT - Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT);
2. Membro da equipa de investigação da candidatura "n apl - Espacio Universidades sin Fronteras | Espaço Universidades sem Fronteiras - ID: 42658", do Investigador Responsável Hernâni Varanda Gerós, numa taxa de dedicação de 6%.
3. Membro da equipa de investigação da candidatura "RAI4Health - Responsible AI For Health - ID: 42800", do Investigador Responsável José Manuel Ferreira Machado, cujo estado foi alterado para "validado UMinho" pela USAPI, numa taxa de dedicação de 7%.
4. Membro de equipa do projeto "Smart Courts: Inteligência Artificial e Eficiência da Justiça - ID: 3293" (IR: Sónia Moreira/Co-IR: José Carlos Ramalho), desenvolvido no JusGov, no âmbito da candidatura 2022.03395.PTDC. Este projeto não teve financiamento;
5. Membro de equipa do projeto "Inteligência Artificial e Robótica: Desafios para o Direito do Século XXI" (IR: Sónia Moreira/Co-IR: Pedro Freitas), desenvolvido no JusGov, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, no âmbito da candidatura PTDC/DIR-OUT/2514/2021. Este projeto não teve financiamento;
6. Membro de equipa do projeto científico "WikiRIA-CPLP - Plataforma Colaborativa de suporte à Avaliação de Impacto Regulatório no Processo Legislativo em língua portuguesa" (IR: Ricardo Cunha), no âmbito da candidatura PTDC/DIR-OUT/3881/2021 no "Concurso de Projetos IC&DT em Todos os Domínios Científicos". Este projeto não teve financiamento;
7. Membro de equipa do projeto "Economia Colaborativa" (IR: Maria Miguel Carvalho/Co-IR: Anabela Gonçalves), desenvolvido no JusGov, entre dezembro de 2019 e junho de 2021, do qual resultou a realização de um *webinar*, intitulado "Encontro de investigadores do Projeto "Economia Colaborativa", bem como a produção de uma obra coletiva, intitulada *Economia Colaborativa*, UMinho Editora, Braga, 2023 (<https://hdl.handle.net/1822/82644>). Este projeto não teve financiamento.
8. Membro de equipa no projeto "WikiRIA-CPLP - Plataforma Colaborativa de suporte à Avaliação de Impacto Regulatório no Processo Legislativo em língua portuguesa" (IR: Ricardo Cunha), no âmbito da candidatura PTDC/DIR-OUT/1932/2020 no "Concurso para Financiamento de

Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2020” (sem financiamento). Este projeto não teve financiamento.

19. Arguições de teses de doutoramento

1. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “A negociação no âmbito da jurisdição arbitral – Análise da utilização dos incoterms e das cláusulas escalonadas na resolução de dissensos”, do Dr. Daniel Silva Meira, as quais tiveram lugar no dia 11 de fevereiro de 2025 na Universidade Autónoma de Lisboa;
2. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Da Prescrição Extintiva no Direito Tributário”, da Mestre Márcia Rafaela Antunes Gomes, as quais tiveram lugar no dia 06 de fevereiro de 2025 na Escola de Direito da Universidade do Minho;
3. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “O árbitro de futebol enquanto sujeito de direito civil: dos direitos do árbitro até à sua profissionalização; dos direitos da criança (árbitro) no desporto”, da Mestre Ana Patrícia Sousa Borges, as quais tiveram lugar no dia 24 de janeiro de 2025 na Escola de Direito da Universidade do Minho;
4. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “A livre convicção do juiz e a fundamentação da decisão sobre matéria de facto no processo civil”, da Mestre Cláudia Sofia Alves Trindade, as quais tiveram lugar no dia 21 de novembro de 2024 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
5. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Factors of Informal Justice in Afghanistan”, do Mestre Baryalai Hakimi, as quais tiveram lugar no dia 8 de janeiro de 2024 na Escola de Direito da Universidade do Minho;
6. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Conciliação judicial e uma metodologia humanista de resolução de conflitos”, da Mestre Nayara Queiroz Mota de Sousa, as quais tiveram lugar no dia 18 de setembro de 2023 na Universidade Autónoma de Lisboa;
7. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Poderes instrutórios do juiz e negócios processuais em matéria de prova”, da Mestre Geovana Mendes Baía Moisés, as quais tiveram lugar no dia 13 de maio de 2022 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
8. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Cláusula Geral de Admissibilidade de Acordos Procedimentais e Flexibilização

Casuística da Tramitação do Processo Declarativo Comum Português: Qual deverá ser a Relação?”, do Mestre Guilherme Brandão Salazar Loureiro Gomes, as quais tiveram lugar no dia 10 de fevereiro de 2022 na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

9. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “Tutela processual do direito à execução de decisões judiciais em espaços economicamente e socialmente integrados: Um olhar do Mercosul para a União Europeia”, da Doutora Mara Regina Bertini, as quais tiveram lugar no dia 24 de março de 2020, na Universidade de Coimbra.

20. Arguições de dissertações de mestrado

1. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “(Re)formulando o conceito de estabilidade das decisões judiciais”, da Dra. Francisca Braga Urbano Rosa, as quais tiveram lugar no dia 13 de maio de 2025, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
2. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A penhora de saldos bancários e de ativos depositados em plataformas de pagamento eletrónico”, do Dr. Rui Miguel Esteves Simão, as quais tiveram lugar no dia 28 de março de 2025, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
3. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A descoberta eletrónica da prova no âmbito do direito privado”, da Dra. Carla Marina Mendes da Silva, as quais tiveram lugar no dia 14 de março de 2025, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
4. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A liberdade do juiz e o dever de fundamentação: análise crítica sobre um sistema de convencimento racionalmente fundamentado”, da Dra. Laís Durval Leite, as quais tiveram lugar no dia 26 de fevereiro de 2025, na Universidade Autónoma de Lisboa;
5. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Processos estruturais: um estudo acerca das relações existentes entre as decisões estruturantes e o ativismo judicial”, da Dra. Alessandra Cristina Raposo da Camara Gondim Martins de Matos, as quais tiveram lugar no dia 18 de fevereiro de 2025, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
6. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Processo e consenso. Tentando estabelecer os limites à vontade das partes e convenções processuais em sede de processo civil”, da Dra. Ana Filipa Araújo de Barros

Rodrigues, as quais tiveram lugar no dia 12 de novembro de 2024, na Escola de Direito da Universidade do Minho;

7. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A gestão da prova pelas partes no processo civil contemporâneo”, do Dr. Jaylton Jackson de Freitas Lopes Junior, as quais tiveram lugar no dia 24 de maio de 2024, na Universidade Autónoma de Lisboa;
8. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Da justiça efetiva e da litigância de má fé: um estudo sobre o processo administrativo justo”, da Dra. Diana Pais Balbino, as quais tiveram lugar no dia 17 de novembro de 2023, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
9. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A concretização da impenhorabilidade à luz do Código de Processo Civil Português”, da Dra. Sofia Estopa, as quais tiveram lugar no dia 29 de junho de 2023, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
10. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Da (im)punibilidade do devedor não cooperante na ação executiva para pagamento de quantia certa”, da Dra. Filipa Daniela Mendes de Sousa, as quais tiveram lugar no dia 09 de maio de 2023, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
11. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A linguagem não verbal no plano de *compliance*: uma construção jurídica no contexto empresarial”, do Dr. Ricardo Deo Sipione Augusto, as quais tiveram lugar no dia 01 de junho de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
12. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A dificuldade de prova nas ações de responsabilidade médica”, da Dra. Jéssica Sofia Botelho Elaerts, as quais tiveram lugar no dia 30 de julho de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
13. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A aplicação subsidiária do CPC ao processo judicial tributário”, do Dr. Manuel José Pimenta Gonçalves, as quais tiveram lugar no dia 29 de junho de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
14. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “Fiduciary Duties of Directors and the Problem of Uncertainty of the “Zone of Insolvency”: Comparative Perspective”, no âmbito do Mestrado em Direito nos Negócios

Europeu e Transnacional, da Licenciada Inês Viegas Lopes, as quais tiveram lugar no dia 8 de janeiro de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

15. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Desjudicialização da execução fiscal: análise comparativa da execução fiscal no ordenamento jurídico português com o modelo adotado no município de São Paulo – SP – Brasil”, da Dra. Nathalia Ferraz Massena, as quais tiveram lugar no dia 11 de setembro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
16. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Os efeitos da declaração de insolvência non âmbito do contrato-promessa em curso: em particular, sobre o contrato-promessa sinalizado e com tradição da coisa”, da Dra. Ana Patrícia Cerqueira Pinto dos Santos Silva, as quais tiveram lugar no dia 02 de junho de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
17. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “A prova digital no processo civil: repensar o sistema”, do Dr. Diogo Nuno Cardoso Miranda de Matos Brandão, as quais tiveram lugar no dia 28 de maio de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
18. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação do relatório de estágio, intitulado “A maleabilidade da tramitação processual à luz do princípio da adequação formal”, da Dra. Mariana Rodrigues Gomes, as quais tiveram lugar no dia 23 de abril de 2020, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
19. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “Processo Especial de Acordo de Pagamento: Uma nova perspetiva para devedores não empresários”, da Dra. Cláudia Sofia Barbosa Correia, as quais tiveram lugar no dia 20 de abril de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
20. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A realização de obras em imóvel arrendado” no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Tânia Raquel Rodrigues Dias, as quais tiveram lugar no dia 31 de janeiro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
21. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado, intitulada “As mudanças na lei processual civil brasileira para a promoção da celeridade processual, do Licenciado José de Arimathéa Tito Bisneto, as quais tiveram lugar no dia 04 de julho de 2019, na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto;
22. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação do relatório de estágio intitulado “Ônus de alegação de factos” no âmbito do Mestrado em Direito Forense e

Arbitragem, da Licenciada Elena Bariz, as quais tiveram lugar no dia 06 de junho de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

23. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada "A admissibilidade probatória dos dados de geolocalização em sede de procedimento disciplinar" no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Joana Raquel Barbosa Gomes, as quais tiveram lugar no dia 10 de maio de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
24. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "O princípio do contraditório nas providências cautelares à luz da realidade jurídica angolana (análise e perspectivas)", da Licenciada Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, as quais tiveram lugar no dia 04 de abril de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
25. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Contextualização e aspetos processuais da ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho", da Licenciada Sara Andreia da Mota Moreira, as quais tiveram lugar no dia 04 de abril de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
26. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "O processo especial de revitalização - Uma nova perspectiva de recuperação", do Licenciado Fábio Alves Mendes, as quais tiveram lugar no dia 28 de março de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho;
27. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Os acordos parassociais no ordenamento jurídico angolano: análise e perspectivas", do Licenciado Ireneu Jacob Matamba Miguel, as quais tiveram lugar no dia 30 de janeiro de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
28. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "O contrato de gestão de carteiras: Dos atos tendentes à sua valorização", da Licenciada Célia Alexandra Dias Pereira, as quais tiveram lugar no dia 04 de janeiro de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
29. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Grupos de sociedades no processo especial de revitalização", da Licenciada Inês Alexandre Silva Magalhães Sousa Dias,

as quais tiveram lugar no dia 04 de janeiro de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

30. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Tributário, intitulada "Suspensão do processo de execução fiscal", da Licenciada Cidália Manuela Magalhães Cunha, as quais tiveram lugar no dia 10 de setembro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
31. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Deveres de informação dos intermediários financeiros", do Licenciado Rui Filipe Polónia Sousa Batista Gomes, as quais tiveram lugar no dia 27 de julho de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
32. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Tributário, intitulada "A venda no processo de execução fiscal: natureza jurídica e efeitos", do Licenciado Miguel Ângelo Cunha Barbosa Lago Quinto, as quais tiveram lugar no dia 04 de julho de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
33. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Resolução pelo comprador ou pelo dono da obra e seus efeitos na esfera do locatário financeiro", da Licenciada Ana Raquel Mendes Ribeiro de Moura, as quais tiveram lugar no dia 18 de Maio de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
34. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Administrativo, intitulada "O dever de gestão processual na justiça administrativa", do Licenciado António Augusto dos Santos Ferreira, as quais tiveram lugar no dia 23 de fevereiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
35. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e das Empresas, intitulada "O regime jurídico do subarrendamento", da Licenciada Ana Isa Dias Meireles, as quais tiveram lugar no dia 05 de fevereiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
36. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e das Empresas, intitulada "Crédito à habitação: Medidas substitutivas à execução da hipoteca", da Licenciada Sara Sofia Duarte Pereira, as quais tiveram lugar no dia 02 de fevereiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

37. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e das Empresas, intitulada "A compra e venda de bens alheios: A legitimidade do proprietário para arguir a nulidade da venda", do Licenciado Helton Salomão Tavares de Carvalho, as quais tiveram lugar no dia 26 de janeiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
38. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito das Crianças, Família e Sucessões, intitulada "A transmissão por morte da posição contratual por morte do arrendatário habitacional", da Licenciada Fátima Isabel Luís Caires, as quais tiveram lugar no dia 25 de janeiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
39. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Tributário, intitulada "Da utilização abusiva do processo de execução fiscal: em especial, a cobrança coerciva de dívidas não tributárias", da Licenciada Eugénia Margarida Afonso Pereira, as quais tiveram lugar no dia 19 de janeiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
40. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Os prazos e a proteção do consumidor adquirente", da Licenciada Daniela Oliveira Fernandes, as quais tiveram lugar no dia 12 de janeiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
41. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "A resolução do locatário financeiro em sede de cumprimento defeituoso", da Licenciada Paula Cristina Pereira Monteiro, as quais tiveram lugar no dia 26 de outubro de 2017, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
42. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Processo Especial de Revitalização - Problemas e Vicissitudes", da Licenciada Andreia Filipa Loureiro Alexandre Martins, as quais tiveram lugar no dia 14 de setembro de 2017, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
43. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Solicitadoria, intitulada "Execução especial por alimentos devidos a menores e execução de decisões em matéria de obrigações alimentares nas relações transfronteiriças", da Licenciada Soraia Carvalho Faria, as quais tiveram lugar no dia 24 de março de 2017, no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, em Barcelos;

44. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "A obrigação de seguro no risco e perda ou deterioração da coisa dada em locação financeira", da Licenciada Ânia Maria Magalhães Teixeira, as quais tiveram lugar no dia 16 de março de 2017, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
45. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de Mestrado em Direito, intitulada "Conteúdo e limites do princípio inquisitório na jurisdição voluntária", do Licenciado António José Fialho, as quais tiveram lugar no dia 25 de julho de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
46. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação do relatório profissional do Curso de Mestrado em Direito das Crianças, Família e Jovens, intitulada "Revisão das medidas de promoção e proteção: questões processuais e problemática sobre a possibilidade de revisão da medida de confiança a pessoa selecionada para adoção ou a instituição com vista a futura adoção – a experiência judicial", da Licenciada Cecília dos Santos Peixoto Sousa, as quais tiveram lugar no dia 3 de junho de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
47. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Ónus da prova: uma análise da distribuição estática e dinâmica do ónus da prova e a sua previsão legislativa nos sistemas processuais civis português e brasileiro", da Licenciada Carolina Cristina Miotto, as quais tiveram lugar no dia 29 de abril de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
48. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito e Informática, intitulada "A resolução alternativa de litígios e as tecnologias de informação e comunicação - O caso particular da resolução de conflitos na internet em Portugal e na UE", do Licenciado Fernando Manuel Martins Viana, as quais tiveram lugar no dia 05 de abril de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
49. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado da Licenciada Ana Márcia Amaral Vieira, as quais tiveram lugar no dia 29 de janeiro de 2016, na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto;
50. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Inversão do contencioso: um contributo para o estudo deste regime no seio das providências cautelares", da Licenciada Isabel Conceição Sampaio Vaz, as quais tiveram lugar no dia 13 de Julho de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

51. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito da União Europeia, intitulada "Contributo para o estudo da jurisdição voluntária", da Licenciada Sofia Teresa Borges de Oliveira, as quais tiveram lugar no dia 29 de maio de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
52. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Contributo para o estudo da jurisdição voluntária", da Licenciada Joana Elisa Costa Moreira, as quais tiveram lugar no dia 19 de março de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
53. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "A prova por declarações das partes no Novo Código de Processo Civil: Em busca da verdade material no Processo ", da Licenciada Catarina Gomes Pedra, as quais tiveram lugar no dia 19 de março de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
54. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "O dever de gestão processual no Novo Código de Processo Civil", da Licenciada Inês Joana Gonçalves Ribeiro, as quais tiveram lugar no dia 05 de março de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
55. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "A ação de impugnação da regularidade e licitude do despedimento: O processo pretendido?", da Licenciada Carla Sofia Trocado André Cardoso, as quais tiveram lugar no dia 05 de março de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
56. Integrou, como arguente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Solicitadora do Licenciado Fernando Jorge Ribeiro Cunha, as quais tiveram lugar no dia 08 de janeiro de 2015, na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, no Porto.

21. Presidente de júris de provas académicas

1. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada "A Participação das Crianças na Mediação Familiar", no âmbito do Mestrado em Crianças, Família e Sucessões, da Licenciada Camila Andréa Tessare Silvestre, as quais tiveram lugar no dia 20 de fevereiro de 2025, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
2. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada "O couro, mas não o sangue: uma reflexão hermenêutica-jurídica dos

contratos através da literatura comparada”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Isabel Peixoto Fernandes Pimenta, as quais tiveram lugar no dia 20 de março de 2024, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

3. Integrou o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada “A mediação administrativa e a (in)disponibilidade dos direitos e interesses”, da Mestre Fernanda Karoline Oliveira Calixto, as quais tiveram lugar no dia 11 de janeiro de 2024 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
4. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada ““A todo o direito uma ação adequada a fazê-lo reconhecer em juízo. Direitos de personalidade e legitimidade da criança nas designadas ações de vida indevida (“wrongful life actions”)”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), da Licenciada Ana Luísa Rego Melro, as quais tiveram lugar no dia 11 de dezembro de 2023, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
5. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A influência das redes sociais na vitimação por *Cyberstalking* em estudantes universitários”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Ciências Criminais, da Licenciada Mónica Maria dos Santos Gonçalves, as quais tiveram lugar no dia 16 de maio de 2023, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
6. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “Marketing Multinível e Pirâmides Financeiras: Negócio Ideal ou Fraude Financeira?”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, do Licenciado Vasco António Martins Carrão, as quais tiveram lugar no dia 24 de maio de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
7. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A importância da audição das crianças na regulação do exercício das responsabilidades parentais – O superior interesse da criança, um critério respeitado?”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Ana Isabel Lourenço Fernandes, as quais tiveram lugar no dia 4 de abril de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
8. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A responsabilidade civil médica em cirurgia estética”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Ana Margarida da Silva Ferreira, as quais tiveram lugar no dia 1 de abril de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

9. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “Despedimento por extinção do posto de trabalho e apreciação judicial dos critérios legalmente impostos para a seleção do ou dos trabalhadores a despedir”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), da Licenciada Paula Cristiana da Silva Ribeiro, as quais tiveram lugar no dia 24 de janeiro de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
10. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A Ação de Impugnação da Regularidade e Licitude do Despedimento à Luz da Reforma do Código de Processo do Trabalho”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária), da Licenciada Cláudia Patrícia Sampaio Fernandes, as quais tiveram lugar no dia 24 de janeiro de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
11. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A Responsabilidade Civil pelos Danos Causados por Atos Autónomos da Inteligência Artificial”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Joana Catarina Moreira Baptista, as quais tiveram lugar no dia 17 de novembro de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
12. Integrou o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de doutoramento, intitulada “Termo de ajustamento de gestão como instrumento de gestão no controle das despesas públicas”, do Mestre Marcílio Barenco Corrêa e Mello, as quais tiveram lugar no dia 19 de outubro de 2021 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
13. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A mobilidade funcional”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Marta Sofia Rodrigues Barbosa, as quais tiveram lugar no dia 19 de maio de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
14. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “O cumprimento defeituoso no contrato de empreitada e a responsabilidade civil do empreiteiro”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Luana Senk Minikoski, as quais tiveram lugar no dia 09 de abril de 2021, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
15. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A responsabilidade civil das federações desportivas perante os clubes profissionais pelas lesões dos atletas contraídas ao serviço das seleções nacionais – o caso do futebol profissional”, no âmbito do Mestrado em Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Sofia Carla da Costa Faria, as quais tiveram lugar no dia 06 de fevereiro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;

16. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “Os efeitos da gestão de substituição no direito do trabalho português”, no âmbito do Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, da Licenciada Mariana Helena Folha Lobo Dias Peixoto, as quais tiveram lugar no dia 07 de fevereiro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.
17. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de mestrado intitulada “A aplicabilidade da inversão do contencioso nos procedimentos cautelares laborais”, no âmbito do Mestrado em Direito Judiciário, da Licenciada Daniela Alves Mendes, as quais tiveram lugar no dia 09 de maio de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
18. Integrou o júri das provas públicas de apreciação da dissertação de doutoramento, intitulada "A locação financeira imobiliária e os direitos reais", da Mestre Maria da Conceição Soares Fatela, as quais tiveram lugar no dia 02 de maio de 2019 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga;
19. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "O direito de preferência do arrendatário", da Licenciada Mariana Queirós Almeida, as quais tiveram lugar no dia 27 de julho de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.
20. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "Do não cumprimento do contrato de crédito pelo consumidor", da Licenciada Daniela Sofia Braga Pereira, as quais tiveram lugar no dia 05 de fevereiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.
21. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulada "O controlo das comunicações eletrónica do trabalhador", da Licenciada Daniela Salgueiro de Carvalho, as quais tiveram lugar no dia 29 de janeiro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.
22. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação do relatório profissional do Curso de Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa, intitulado "A jurisprudência portuguesa e o princípio *favor victimae* no âmbito da responsabilidade civil", da Licenciada Margarida Paula Ferreira Leitão e Sousa, as quais tiveram lugar no dia 25 de novembro de 2016 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.

23. Integrou, como presidente, o júri das provas públicas de apreciação da dissertação do Curso de Mestrado em Direito Judiciário, intitulada "Os efeitos do processo de insolvência nas relações patrimoniais entre os cônjuges", da Licenciada Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, as quais tiveram lugar no dia 23 de outubro de 2015 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.
24. Integrou o júri das provas públicas de apreciação da tese de doutoramento, intitulada "Tribunais Nacionais e Tutela Jurisdicional Efetiva: Da Cooperação à Integração Judiciária no Contencioso da União Europeia", da Mestre Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu, as quais tiveram lugar no dia 20 de julho de 2015 na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga.

22. Jurado de outras provas e concursos

1. Integrou o júri do Prémio Dr. Óscar Ferreira Gomes, instituído pela Associação Jurídica de Braga e pela Escola de Direito da Universidade do Minho.
2. Integrou o júri das provas da fase oral no concurso de ingresso no 42.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais, no Centro de Estudos Judiciários (2 a 11 de setembro de 2025)
3. Integrou o júri da prova de apreciação curricular e entrevista no âmbito das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos indivíduos maiores de 23 anos, na Universidade do Minho, a qual teve lugar no dia 14 de julho de 2017, na Universidade do Minho.
4. Integrou o júri da prova de apreciação curricular e entrevista no âmbito das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos indivíduos maiores de 23 anos, na Universidade do Minho, a qual teve lugar no dia 15 de julho de 2016, na Universidade do Minho.
5. Membro do Júri da componente referente ao Direito Processual Civil do Exame de equivalência ao grau de licenciado em Direito no estrangeiro (maio de 2023).

23. Avaliação de candidaturas a bolsas e concursos de recrutamento

1. Avaliador do painel de Ciências Sociais e Humanidades da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Concurso de Estímulo à Investigação para Doutoramentos na Administração Pública Doutor-AP – 2024.

2. Integrou o júri de seleção do concurso JusGov/BI-M/2022, para a atribuição de uma bolsa de investigação para estudantes de mestrado nacionais de países de língua oficial portuguesa fora da Europa.
3. Integrou o júri de seleção do concurso JusGov/BI-M/2023, para a atribuição de uma bolsa de investigação para estudantes de mestrado nacionais de países de língua oficial portuguesa fora da Europa.
4. Integrou o júri de seleção do concurso JusGov/BI-M/2024, para a atribuição de uma bolsa de investigação para estudantes de mestrado nacionais de países de língua oficial portuguesa fora da Europa.
5. Integrou a comissão de Seleção do procedimento de recrutamento de um técnico, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Universidade do Minho, na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho a tempo incerto, para exercer funções no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov) para o projeto com a ref.^a UIDP/05749/2020, no âmbito do financiamento Plurianual de Unidades de I&D 2020-2023;
6. Integrou, como vogal, o júri do concurso do processo de recrutamento com vista ao preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Universidade do Minho, na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho a tempo incerto, para exercer funções no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov) (Ref.^a CTTRI-PTAG-65/23-ED(1);
7. Integrou, como vogal, o júri do concurso do processo de recrutamento e seleção de dois técnicos superiores para a Escola de Direito da Universidade do Minho (ref.^a CTI-PTAG 44/23-ED).

24. Avaliação de artigos para revistas nacionais e estrangeiras

1. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Algumas considerações referentes ao Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência (reformulação) e, em particular, aos processos principal e secundários de insolvência, e ainda uma breve análise das previsões no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) Português respeitantes à mesma matéria”, para efeitos de publicação na Revista Eletrónica de Direito (02 de junho de 2024).
2. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Advancing Research at the Intersection of Law and Emerging Technology: A Mixed Methods Approach”, para efeitos de publicação na Revista Springer (13 de outubro de 2023).

3. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Supervisão e responsabilidade dos administradores judiciais – no direito europeu e nos direitos nacionais”, para efeitos de publicação na Revista Eletrónica de Direito (07 de novembro de 2022).
4. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Inteligencia artificial en la justicia”, para efeitos de publicação no *Yearbook do E-Tec 2021* (08 de setembro de 2021);
5. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Inteligência artificial e advocacia robótica: regulamentação, desafios e possibilidades. uma mirada desde o ordenamento jurídico espanhol”, para efeitos de publicação no *Yearbook do E-Tec 2021* (08 de setembro de 2021);
6. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Alternative dispute resolution procedures (ADR) in the Christian Congregations of Jehovah’s Witnesses: Lessons for arbitration law and the three Abrahamic faiths – Christendom, Judaism and Islam” para a Revista *Journal of Law and Conflict Resolution* (23 de abril de 2018);
7. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “A problemática das sociedades multidisciplinares na área do Direito: o caso da advocacia portuguesa” para a Revista *Scientia Iuridica* (04 de setembro de 2018);
8. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “O direito ao espetáculo como direito conexo no âmbito desportivo: fonte, o direito à informação como limite, e (in)existência” para a *Revista de Direito do Desporto* (27 de março de 2019);
9. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Nótulas acerca do direito de remição à luz do Código de Processo Civil: algumas questões controversas” para a Revista *Scientia Iuridica* (10 de fevereiro de 2020);
10. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Subsídios (em snapshot) sobre o direito de acção e sobre a tutela jurisdicional efectiva no processo civil” para a Revista *Scientia Iuridica* (11 de fevereiro de 2020);
11. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “A teoria dos precedentes vinculantes e o Código de Processo Civil de 2015” para a Revista *Scientia Iuridica* (02 de dezembro de 2020);
12. Efetuou a avaliação do artigo intitulado “Das relações entre a tutela cautelar e o processo principal – Reflexões tópicas a propósito de uma decisão surpreendente e de um problema crónico” para a Revista *Ius Dictum* (30 de dezembro de 2020).
13. Efetuou a avaliação e revisão do artigo intitulado “Onus Probandi. Uma breve análise da distribuição estática e dinâmica do ónus da prova e a incidência nos sistemas processuais civis português e brasileiro”, a ser publicado na revista *Scientia Iuridica*;

14. Efetuou a avaliação e revisão do artigo intitulado “The bank account preservation procedure in de European Union”, a ser publicado na revista *UNIO – EU Law Journal*;
15. Efetuou a avaliação e revisão do artigo intitulado “A distribuição dinâmica do ónus da prova no direito probatório material português: Algumas notas de *iure condendo*”, a ser publicado na revista *Scientia Iuridica*;
16. Efetuou a avaliação e revisão do artigo intitulado “A fundamentação dos provimentos jurisdicionais no novo Código de Processo Civil: avanços e retrocessos”, a ser publicado na revista *Scientia Iuridica*;
17. Efetuou a avaliação e revisão do artigo intitulado “Premissas e valores para o sistema de precedentes no Brasil”, a ser publicado na revista *Scientia Iuridica*.

25. Reconhecimento pela comunidade

25.1. Citações na jurisprudência

Tribunal Constitucional

- Citação em 5 acórdãos

Supremo Tribunal de Justiça

- Citação em 66 acórdãos

Tribunal da Relação de Coimbra

- Citação em 73 acórdãos

Tribunal da Relação de Évora

- Citação em 113 acórdãos

Tribunal da Relação de Guimarães

- Citação em 319 acórdãos

Tribunal da Relação de Lisboa

- Citação em 275 acórdãos

Tribunal da Relação do Porto

- Citação em 171 acórdãos

Supremo Tribunal Administrativo

- Citação em 7 acórdãos

Tribunal Central Administrativo Norte

- Citação em 8 acórdãos

Tribunal Central Administrativo Sul

- Citação em 19 acórdãos

25.2. Citações na doutrina

1. ESTOPA, Sofia, “A concretização da impenhorabilidade à luz do Código de Processo Civil Português”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2023;
1. CARVALHO, Paula Marques, *Manual Prático de Processo Penal*, 13.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
3. CASTRO, Thiago Soares Castelliano Lucena de, *Concurso de Credores no Código de Processo Civil*, 2.^a edição, Editora Thoth, Londrina, 2023;
4. DIAS, Mónica Bastos/MADAIL, Teresa, *Linhas Mestras da Execução Para Entrega de Coisa Certa*, Almedina, Coimbra, 2023;
5. GAIO JUNIOR, Antônio Pereira, *Instituições de Direito Processual*, 5.^a edição atualizada e ampliada, Editora Toth, Londrina, 2023;
6. GONÇALVES, Manuel José Pimenta, *A Aplicação Subsidiária do CPC ao Processo Tributário*, Almedina, Coimbra, 2023;
7. MARQUES, João Paulo Remédio, *Direito Europeu das Patentes e Marcas*, Almedina, Coimbra, 2023;
8. MARTINS, Alcides, *Direito do Processo Laboral*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
9. MARTINS, André Almeida, *Fixação das Regras Processuais e Exercício da Função Arbitral na Arbitragem Voluntária*, Almedina, Coimbra, 2023;
10. MATOS, Margarida Baptista, *Os Efeitos Processuais da Procedência da Exceção Material Dilatória*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2023;
11. MEIRELES, Ana Isa Dias, *A Prova Digital no Processo Judicial*, Almedina, Coimbra, 2023;

12. MONTEIRO, António Pedro Pinto, *O Princípio da Igualdade e a Pluralidade de Partes na Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2023;
13. PEREIRA, Rui Soares / CAIRES, João Gouveia de, *Processo Penal*, Almedina, Coimbra, 2023;
14. PIMENTA, Paulo, *et. al., Código de Processo Civil – Anotado*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2023;
15. PINHEIRO, Paulo Sousa, *O Procedimento Disciplinar no Âmbito do Direito do Trabalho Português*, Almedina, Coimbra, 2023;
16. QUINTAS, Helder, *Comentários ao Código de Processo de Trabalho*, Almedina, Coimbra, 2023;
17. RAMALHO, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho - Parte II - Situações Laborais Individuais*, 9.^a edição, Almedina, Coimbra, 2023;
18. SIMÕES, Vânia, *Da Garantia Penal da Providência Cautelar*, Almedina, Coimbra, 2023;
19. STEHLIN, Frederico Fikoff, *A Possibilidade de Recusa do Pagamento de Garantias Bancárias On First Demand e as Providências Cautelares como meio de Defesa do Banco Garante*, Universidade Nova de Lisboa, 2023;
20. TEIXEIRA, Guilherme da Fonseca, *Execução das Sentenças dos Tribunais Administrativos contra a Administração Pública*, Almedina, Coimbra, 2023;
21. CANDEIAS, Catarina Santos de Jesus, *Do Questionário aos Temas da Prova*, Universidade Nova de Lisboa, 2022;
22. CARVALHO, Paula Marques, *Manual Prático de Processo Penal*, 13.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
23. CASTRO, Aldo Aranha, *et. al, Processo Comparado Contemporâneo*, Aldo Aranha de Castro, Daniel Colnago Rodrigues, José Carlos Baptista Puoli, Marcelo José Magalhães Bonizzi, Ricardo de Barros Leonel (org.), Editora Thoth, Londrina, 2022;
24. COELHO, Helena Daniel, *Os Créditos Marítimos – Dos Privilégios Creditórios ao Arresto do Navio*, Universidade Nova de Lisboa, 2022;
25. DIAS, Mónica Bastos / MADAIL, Teresa, *Linhas Mestras da Execução para Entrega de Coisa Certa*, Almedina, Coimbra, 2022;

26. DIAS, Ana Francisca Dias, “Ações coletivas e competência judiciária”, *in Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 18, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 51-116;
27. FRANCISCO, Mariana Dionísio, *Breve estudo sobre o incumprimento da obrigação de alimentos e a intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores: da (in)constitucionalidade do pagamento da prestação por conta do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Politécnico de Coimbra, 2022;
28. FREITAS, José Lebre de/ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. III, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
29. GAMA, António, *et al.*, *Comentário Judiciário do Código de Processo Penal*, Tomo I, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2022;
30. MARQUES, João Paulo Remédio, *Direito Processual Civil da Propriedade Industrial*, Almedina, Coimbra, 2022;
31. PINTO-FERREIRA, João Pedro, *Adequação Formal e Garantias Processuais na Ação Declarativa*, Almedina, Coimbra, 2022;
32. PIRES, Mariana Viveiro Caldeira, *Inversão do Contencioso na Arbitragem*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2022;
33. ROCHA, Cláudia Rodrigues, *O Preço da Justiça - As Taxas na Justiça sob uma Perspetiva Jurídico-Tributária*, Almedina, Coimbra, 2022;
34. SOUSA, Beatriz Castela, *A (In)Adequação da Inversão do Contencioso no Procedimento Cautelar de Suspensão de Deliberações Sociais*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2022;
35. BELLIZZE, Marco Aurélio, *et al.*, *Execução Civil – Novas Tendências*, Editora Foco, São Paulo, 2021;
36. BAIXO, Kerini, “Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX): Um auxiliar na justiça”, *in Julgar*, maio 2021, pp. 1-8;
37. CALDEIRA, Daniela Sofia de Castro, *Suspensão da Ação Executiva no Âmbito do Processo de Insolvência*, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Politécnico de Coimbra, 2021;

38. CASTRO, Thiago Soares Castelliano Lucena de, *Concurso de Credores no Código de Processo Civil*, Editora Thoth, Londrina, 2021;
39. CEBOLA, Cátia Marques, *et. al., Casos Práticos de Solicitação - Processo Executivo*, Almedina, Coimbra, 2021;
40. COELHO, Larissa, “O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e o paradigma da justiça eletrônica”, *O Contencioso da União Europeia e a cobrança transfronteiriça de créditos: compreendendo as soluções digitais á luz do paradigma da Justiça eletrónica europeia (e-Justice)*- Volume II, Coleção UNIO E-book, pp. 107-116;
41. GARCIA, Ana Patrícia Águia, *Os Beneficiários do Apoio Judiciário*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021;
42. LOPES, Joana Costa, “O regime processual previsto no anteprojeto do Código da Atividade Bancária (ACAB)”, *in Revista de Direito Financeiro e dos Mercados de Capitais*, vol. 3, n.º 10, 2021, pp. 303-334;
43. PIRES, Daniela Sofia de Castro, *Suspensão da ação executiva no âmbito do processo de insolvência*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Politécnico de Coimbra, 2021;
44. PIRES, Mariana Viveiros Caldeira, *Inversão do Contencioso na Arbitragem*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2021;
45. REBELO, Bernardo Moraes da Cunha, *Inversão do Contencioso: uma análise do seu contributo para a eficiência da justiça*, Universidade de Coimbra, março 2021;
46. RODRIGUES, Camila Sofia Freitas, *A Anulabilidade da Venda Defeituosa Executiva*, Instituto Politécnico do Porto, 2021;
47. AZEVEDO, Tiago Lopes de, *Lições de Direito das Contraordenações*, Almedina, Coimbra, 2020;
48. CARAMUJO, Daniela Gandarez, *A constituição de hipoteca e as garantias de exequente na ação executiva face à declaração de insolvência de executado*, Dissertação de Mestrado, IPC - ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2020;
49. CARRERA, Murillo Magalhães, “A distinção entre a formulação subjetivista e objetivista da posse e qual é a solução adotada pelo código civil português”, *in Revista Jurídica Portucalense*, n.º 28, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2020, pp. 59-82;

50. DAIHA FILHO, Nelson António, “A competência judiciária para a execução dos acordos de mediação na união europeia”, in *Revista Direito UNIFACS*, n.º 236, 2020;
51. FARIA, Rita Lynce de, *A Tutela Cautelar Antecipatória no Processo Civil Português*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2020;
52. GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira, “Execução e desjudicialização. Modelos, procedimento extrajudicial pré-executivo e o PL n. 6204/2019”, in *Revista de Processo-RePro-RT*, n.º 306, agosto de 2020;
53. MARIANO, João Cura, *Impugnação Pauliana*, 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2020;
54. MESQUITA, Lurdes Varregoso, *Noções de Direito Processual Civil*, Gestlegal, Coimbra, 2020;
55. PICA, Luís Manuel, “A tutela do exequente na penhora de bens imóveis na ação executiva à luz do código processual civil português: a (in)compreensão ao artigo 751.º do Código de Processo Civil”, in *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, ano 14, Vol. 21, n.º 2, Rio de Janeiro, maio-agosto 2020;
56. ROQUE, Manuel Gouveia, *A Providência Cautelar de Suspensão do Despedimento por Eliminação de Emprego*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa, 2020;
57. SEQUEIRA, Ana Carolina dos Santos, *Do Arresto como Meio de Conservação da Garantia Patrimonial*, Almedina, Coimbra, 2020;
58. SPÍNOLA, Ana Isabel Sousa, *O Caso Concreto da Injunção enquanto Título Executivo: Algumas Considerações*, Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, setembro de 2020;
59. VARGAS, Ângelo Miguel de Sousa, *A Efetividade da Execução por Quantia Certa: A Realidade Luso-Brasileira*, Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, 2020;
60. AMORIM, Ana Clara Azevedo de, “O regime jurídico dos segredos comerciais no novo Código da Propriedade Industrial”, in *Revista Jurídica Portucalense*, n.º 19, junho 2019;
61. ANDRADE, Hyneida Lima, *Decretamento de providências cautelares pelo tribunal*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019;
62. BARBOSA, Ana Raquel Magalhães, *A Inversão do Contencioso no Código de Processo Civil Português*, Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto, 2019;

63. BIRRA, Helena Alexandra Marques, *Os Títulos Executivos – Elenco do Art. 703º do CPC e a Forma do Processo Aplicável*, Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2019;
64. BONIFÁCIO, Luísa Fernanda Ligório, *A suspensão do despedimento no âmbito dos procedimentos cautelares*, Universidade Portucalense Infante D. Henrique,, 2019;
65. CARVALHO, Ana Rita Felizardo Carvalho, “Agente de Execução: Atividade, Competências e Problemáticas”, Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2019;
66. CARVALHO, Sónia de / DARLINDO, Rui, “A aplicação do regime da inversão do contencioso no âmbito dos procedimentos cautelares laborais: velhas e novas questões”, *in Revista Questões Laborais*, n.º 55, dezembro de 2019, pp. 179-200;
67. CASTANHEIRA, Joana Maria Coimbra, *As Providências Cautelares e os Requisitos para o seu Decretamento – Confronto entre o Processo Administrativo e o Processo Civil*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019;
68. CHORRO, Inês, *Contributo para o Estudo da Admissibilidade do Pacto Marciano no Penhor Mercantil*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2019;
69. CORDEIRO, Maria Beatriz Estêvão, *As cláusulas de variação de preço na aquisição de empresas*, Faculdade de Direito da Escola de Lisboa da Universidade Católica, Lisboa, 2019;
70. EXPÓSITO, Gabriela, *A tipologia das providências provisórias arbitrais: uma análise comparativa entre as legislações de Portugal e do Brasil*, trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Arbitragem na Universidade de Lisboa, 2019;
71. FREITAS, José Lebre de/ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. II, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
72. LAMBELHO, Ana/MENDES, Jorge Barros/GONÇALVES, Luísa Andias, *Casos Práticos de Solicitadoria – Direito e Processo do Trabalho*, Almedina, Coimbra, 2019;
73. MARQUES, Paulo, *et al.*, *Responsabilidade Tributária e Penal dos Gestores, Advogados, Contabilistas e Auditores*, Almedina, Coimbra, 2019;
74. MARTINS, Alcides, *Direito do Processo Laboral*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019;
75. MINEIRO, Pedro Edgar, *A Responsabilidade Civil pelo Exercício da Função de Agente de Execução*, Almedina, Coimbra, 2019;

76. MONTEIRO, Inês Cristiana Cabanas, *Estudo Comparativo - Execução Fiscal vs Execução Comum*, Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2019;
77. PINTO, Rui Darlindo Dias de Castro, “Inversão do Contencioso e Instrumentalidade dos Procedimentos Cautelares no Direito Processual Civil Português”, Tese de Doutoramento, Universidade de Vigo, 2019;
78. MARQUES, Paulo, *et. al.*, *Responsabilidade Tributária e Penal dos Gestores, Advogados, Contabilistas e Auditores*, Almedina, Coimbra, 2019;
79. BONIFÁCIO, Luísa Fernanda Ligório, *A Suspensão do Despedimento no âmbito dos Procedimentos Cautelares*, Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2018;
80. FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil Anotado*, vol. I, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2018;
81. GAMBOA, Bárbara Celeste Ferreira, *O princípio do contraditório nas providências cautelares à luz da realidade jurídica angolana: análise e perspetivas*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018;
82. JARDIM, Gonçalo Nuno Andrade, *Dos efeitos da citação no procedimento cautelar de suspensão de deliberações sociais*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2018;
83. LEAL, Joana Maria Costa Leal, *Fundo de garantia de alimentos devidos a menores no contexto do estado social*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018;
84. MARTINS, Alcides, *Direito do Processo Laboral*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2018;
85. MATOS, Rita da Palma, *A suspensão de deliberações sociais e a inversão do contencioso*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2018;
86. MOYSÉS, João Marcelo Nogueira, *A atipicidade dos meios executivos no novo Código de Processo Civil Brasileiro e a efetivação das prestações de pagar quantia*, Dissertação de Mestrado, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018;
87. NOBRE, Rita Sofia Duarte, *Resenha jurisprudencial sobre o conceito de “terceiros” para efeitos de registo*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Escola de Lisboa da Universidade Católica, Lisboa, 2018;

88. NOVAIS, Francisco Corte Real Trábulo, *A cláusula compromissória de mediação*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2018;
89. REIS, Ana Rita Matos, *A relevância dos atos notariais praticados pelo solicitador no ramo empresarial*, Dissertação de Mestrado, IPC - ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2018;
90. SANTOS, Ana Cláudia Ferreira dos, *A inversão do contencioso nas providências cautelares do direito civil*, Dissertação de Mestrado, IPC - ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2018;
91. SANTOS, Inês da Mota, *A (im)penhorabilidade da casa de morada de família - considerações em torno da lei 13/2016, de 23 de maio*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018;
92. SERLIKOWSKA, Agnieszka, "Mediation by the Polish Trade Inspection – The Implementation of Consumer ADR in Poland", in *Journal of European Consumer and Market*, vol. 7, 2018, pp. 247-250;
93. BARBOSA, Andreia, *A Prestação e a Constituição de Garantias no Procedimento e no Processo Tributário*, Almedina, Coimbra, 2017;
94. COSTA, Patrícia Helena Leal Cordeiro da, "A tutela provisória e cautelar no contexto do Regulamento Bruxelas I bis", in *Revista do CEJ*, n.º 2 (2.ª Semestre 2017), pp. 83-135;
95. FREITAS, José Lebre de, *A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 7.ª edição, Gestlegal, Coimbra, 2017;
96. ROCHA, Ana Sofia Ferreira, *Os Limites da Penhorabilidade e os Meios de Defesa Legalmente Previstos Quando Violados*, Dissertação de Mestrado, *Coimbra Business School*, Coimbra, 2017;
97. CARDOSO, Soraia Filipa Pereira, *Processo Especial de Revitalização - O Efeito de Standstill*, Almedina, Coimbra, 2016;
98. PASSOS, Márcia, *A Inversão do Contencioso*, Instituto Politécnico do Porto, Felgueiras, 2016;
99. FARIA, Rita Lynce de, *A Tutela Cautelar Antecipatória no Processo Civil Português: Um Difícil Equilíbrio*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015;

100. MIRANDA, Raquel Simas, *As Tutelas Provisórias Diferenciadas Sob a Perspectiva do Novo Código de Processo Civil*, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015;
101. FERNANDEZ, Elizabeth, *Um Novo Código de Processo Civil?: Em Busca das Diferenças*, Vida Económica, Porto, 2014;
102. FARIA, Sara Raquel Semião, *Responsabilidades Parentais e Alimentos : Destaque na Relação entre Pais e Filhos*, Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada, Lisboa, 2014;
103. CASTRO, Isabel Sousa, “Embargos de terceiro: posse e direito incompatível”, *in Estudos do Instituto do Conhecimento AB*, n.º 1, Lisboa, 2013.

25.3. Prémios e reconhecimentos

1. Voto de louvor, concedido pela Comissão Pedagógica do Senado Académico, em 29 de outubro de 2025, pelo trabalho desenvolvido como secretário do órgão;
2. Voto de louvor, concedido pelo Conselho Científico do JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, em 17 de julho de 2025, pelo trabalho desenvolvido na Comissão Diretiva do JusGov;
3. Voto de louvor, concedido pela Comissão Coordenadora do Conselho Científico do JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação, em 15 de julho de 2025, pelo trabalho desenvolvido na Comissão Diretiva do JusGov;
4. Voto de louvor, concedido pelo Senado Académico em 12 de março de 2025, pela coordenação dos trabalhos de revisão do Regulamento Académico da Universidade do Minho;
5. Prémio “Agradecimento AEDUM”, atribuído pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho no âmbito da VIII Gala de Direito – 20.º Aniversário da Escola de Direito da Universidade do Minho;
6. Prémio “Mérito AEDUM”, atribuído pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho no âmbito da VIII Gala de Direito – 20.º Aniversário da Escola de Direito da Universidade do Minho;
7. Prémio “O novo regime da acção executiva”, atribuído pela Comissão Organizadora do IX Congresso Mundial de Direito Judiciário pela apresentação do estudo de investigação intitulado “O Regime da Acção Executiva: Perspectiva Crítica e Linhas de Evolução”;

8. Prémio “Inovação pedagógica”, atribuído pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho no âmbito da IV Gala de Direito, em 2009;
9. Prémio “Ex-aluno em destaque no mundo jurídico”, atribuído pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho no âmbito da IV Gala de Direito, em 2009;
10. Prémio “Inovação pedagógica”, atribuído pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho no âmbito da I Gala de Direito, em 2006;
11. Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha, atribuído pela Universidade do Minho/Câmara Municipal de Braga por ter sido o melhor aluno do Curso de Licenciatura em Direito (1999-2004) da Universidade do Minho;
12. Bolsa de Estudo por Mérito instituída pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

IV. GESTÃO UNIVERSITÁRIA

1. Exercício de cargos e participação em órgãos

1. Presidente interino da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde 5 de dezembro de 2025);
2. Diretor do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) (desde 30 de setembro de 2025);
3. Presidente da Comissão de Reconhecimento Específico e de Nível do grau de licenciado em Direito (desde 30 de setembro de 2025);
4. Presidente da Comissão de Reconhecimento Específico e de Nível do grau de mestre em Direito (desde 30 de setembro de 2025);
5. Membro do corpo de Peritos Revisores da Revista de Direito Civil do Centro de Investigação de Direito Privado (desde 20 de maio de 2025);
6. Diretor da Revista *Scientia Iuridica* (desde 4 de março de 2024);
7. Membro de Comissão de Apreciação e Acompanhamento da Política de Conflitos de Interesses na Universidade do Minho desde 2023 (Despacho RT-71/2023, de 25 de setembro);
8. Membro, por inerência, da Comissão de Acompanhamento do Sistema Interno de Garantia da Qualidade – Vertente Ensino (desde 14 de junho de 2023);
9. Membro, por inerência, do Senado Académico da Universidade do Minho (desde 14 de junho de 2023);
10. Vice-Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho - triénio 2023-2026 (desde 14 de junho de 2023);
11. Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Direito da Universidade do Minho - triénio 2023- 2026 (desde 14 de junho de 2023);
12. Secretário do Plenário do Senado Académico da Universidade do Minho (desde 22 de junho de 2022);
13. Secretário da Comissão Pedagógica do Senado Académico da Universidade do Minho (desde 9 de fevereiro de 2022);

14. Membro da Comissão Científica da Revista Jurídica *INDAGARE* da ELSA UMinho (desde 31 de janeiro de 2022);
15. Membro do Conselho Executivo da Aliança de Pós-Graduação – Competências para o Futuro (desde 20 de janeiro de 2022);
16. Membro da Comissão Instaladora da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho, tendo integrado o grupo de trabalho que procedeu à elaboração dos respetivos estatutos, bem como à sua constituição (desde 10 de janeiro de 2018 até 22 de agosto de 2021);
17. Membro da Comissão Diretiva do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde 23 de setembro de 2021);
18. Membro do Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde 13 de julho de 2021);
19. Membro da Equipa Mista, de natureza interdisciplinar, responsável pelo desenvolvimento e planificação do processo de acolhimento dos novos estudantes para o ano letivo de 2021-2022 (nomeação pelo Despacho RT-39/2021, de 19 de abril de 2021) (desde 19 de abril de 2021 até 30 de novembro de 2021);
20. Membro, por inerência, da Comissão de Acompanhamento do Sistema Interno de Garantia da Qualidade – Vertente Ensino (desde 5 de maio de 2020 até 12 de junho de 2023);
21. Membro, por inerência, do Senado Académico da Universidade do Minho (desde 5 de maio de 2020 até 12 de junho de 2023);
22. Vice-Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho - triénio 2020-2023 (desde 7 de abril de 2020 até 12 de junho de 2023);
23. Presidente do Conselho Pedagógico da Escola de Direito da Universidade do Minho - triénio 2020- 2023 (desde 7 de abril de 2020 até 12 de junho de 2023);
24. Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Direito (Regime Pós-Laboral) da Universidade do Minho (Representante dos Docentes do 3.º Ano);
25. Membro da Comissão Diretiva do Mestrado em Direito da União Europeia da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde 25 de outubro de 2018 até 23 de setembro de 2021);

26. Membro da Comissão Diretiva do Mestrado em Ciências Criminais (Justiça Penal e Criminologia) da Escola de Direito da Universidade do Minho (desde 16 de julho de 2021 até 23 de setembro de 2021);
27. Membro da Comissão Diretiva do Centro de Investigação em Justiça e Governação – JusGov (desde 10 de setembro de 2018 até 17 de julho de 2025);
28. Membro da Comissão Diretiva do Curso de Preparação e Avaliação de Capacidade para a Frequência do Ensino Superior para Maiores de 23 anos;
29. Membro integrado do Centro de Investigação em Justiça e Governação – JusGov;
30. Membro do Conselho de Utilizadores das Bibliotecas da Universidade do Minho (até 27 de novembro de 2022);
31. Membro do Conselho de Redação da Revista *Scientia Iuridica*;
32. Membro do Conselho de Redação da Revista de Direito do Desporto (desde 12 de setembro de 2018 até 10 de outubro de 2020);
33. Membro do IPPC – Instituto Português de Processo Civil.

2. Criação e modificação de diplomas legais

1. Membro do grupo de trabalho para a constituição da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho, com intervenção ativa na criação do respetivo projeto de estatutos;
2. Coordenador do grupo de trabalho de revisão do Regulamento Académico da Universidade do Minho (desde 4 de abril de 2023 até 12 de março de 2025).

Braga, 12 de dezembro de 2025

Marco Filipe Carvalho Gonçalves
(Professor Associado da Escola de Direito)